

Batuko

Arte, Cultura, Educação e Igualdade Racial



4

Batuko

Arte, Cultura, Educação e Igualdade Racial

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

REITORIA

Roque do Nascimento Albuquerque
Reitor pro tempore

Claudia Ramos Carioca
Vice-Reitora pro tempore

Joaquim Torres Filho
Chefe de Gabinete

PRÓ-REITORIAS

Antônio Célio Ferreira dos Santos
Pró-Reitor de Planejamento

Artemisa Candé Monteiro
Pró-Reitora de Relações Institucionais

Carlos Mendes Tavares
Pró-Reitor de Extensão, Arte e Cultura

Geranilde Costa e Silva
Pró-Reitora de Graduação

James Ferreira Moura Junior
Pró-Reitor de Políticas Afirmativas e Estudantis

José Olavo da Silva Garantizado Junior
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Leonardo Teixeira Ramos
Pró-Reitor de Administração

Arte da Capa



Todas as cores, 2020
Manipulação Digital
Artista: Marco David da Silva

"Arte, Cultura, Educação e Igualdade Racial" é pertencente à Batuko: Revista Cadernos de Arte e Cultura da Unilab. Visa – em sentido geral – ao aprofundamento de reflexões acerca das múltiplas articulações entre Universidade, comunidade, arte, cultura e educação a partir de miradas diversas.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Campus da Liberdade (Sede Administrativa)
Avenida da Abolição, 3 – Centro | CEP.: 62.790-000 | Redenção – CE – Brasil

Sumário

Apresentação	04
O lugar do feminino e do novo na arte africana Segone Ndangalila Cossa	08
Contra colonização artística: Ou por um Curso de Artes na Unilab Wilame da Silva Junior	13
Por uma universidade como território de saberes, arte e africanidades Itacir Luz	16
Quando mulheres negras recriam o mundo das palavras: relato de experiência de alunas do projeto de extensão sobre o corpo feminino – literaturas africanas e afro-brasileira (Unilab) Luana Antunes Costa, Dayane Moreira, Jéssica Sousa	22
Ìkóritá: afro-religiosos e protagonismo político-científico na Unilab Patrício Carneiro Araújo	28
Transição dos panos e a geografia dos corpos no candomblé Kaio Lemos	32
A minha sala de aula é uma encruzilhada de possibilidades Linconly Jesus Alencar Pereira	37
Memórias afetivas da extensão no Campus dos Malês - Unilab Maria Cláudia Cardoso Ferreira	40
Projeto "Mulheres negras resistem: uma experiência de extensão, arte e cultura na Unilab" Vera Rodrigues	46
Ação e extensão: o Novembro Afro-Brasileiro e a promoção da igualdade racial Arlson dos Santos Gomes	51

Apresentação

Lutas históricas pela igualdade racial

Laroyê! Pedimos licença ao Orixá da comunicação, o dono da ginga e mandinga, chamamos Exu! Alimentamos-o para que faça desse dossiê sua encruzilhada, onde se interligam epistemologias e macumbarias do nosso tempo. Arriamos o padê e a marafa no cruzo dos conhecimentos artísticos e científicos, para que no tempo que gira okoto, o astral renovador de Exu faça reverberar os desejos e prazeres epistêmicos de nossos corpos em movimento. É com muita satisfação que apresentamos o dossiê intitulado: Arte, cultura, educação e igualdade racial em um contexto, lamentavelmente, assolado pela pandemia (Sars-CoV-2), momento em que o racismo estrutural está em evidência no Brasil e no mundo. Situações que, no presente e no passado, tiveram e tem as resistências da cultura e dos sujeitos negros e negras. E Exu nos guia por esses caminhos.

Das fugas, resistências e alianças escravas dos quilombos e mocambos, às irmandades, às religiosidades (antes e pós-abolição), aos clubes sociais negros, ao associativismo e às Frentes Negras, e até a realização de congressos e convenções, os grupos organizados negros negociaram a sua inserção cultural, política e social no Brasil e no Ceará. Em todas essas ocasiões, a população negra teve em sua investida social bastante ousadia, empreendida para sobreviver com seus modos de vida no contexto diaspórico.

Em 1978, passados 90 anos da abolição e em pleno contexto do regime militar, o Movimento Negro Unificado (MNU), o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan), os blocos afros, de Salvador, e o Grupo Palmares, de Porto Alegre, iniciam uma "(re) apropriação e o retorno às origens". Há que destacar, à época, as lutas dos países africanos

lusófonos pela descolonização e a crítica do movimento negro ao relacionamento do governo brasileiro com a África do Sul, em virtude do seu regime de segregação.

Nesse contexto, o Grupo Palmares (1971–1978), de Porto Alegre, inicia a fabricação de novos referenciais simbólicos para a representação da identidade negra no Brasil. A alusão a Zumbi e ao dia 20 de novembro, data da sua morte, passam a fazer parte do calendário desse grupo. Já em Salvador, o Bloco Afro Ilê Ayê (1974) surge de dentro do terreiro de Mãe Ilda Jitolu, o Ilê Axé Jitolu, e desce para o asfalto no carnaval, levando a estética africana e positivando a beleza negra, mas também trazendo um caráter pedagógico para a grande festa carnavalesca soteropolitana. Em 1978, com a adesão do Ilê Ayê e do MNU, o dia da Consciência Negra vira referência nacional.

Na década de 1980, como demonstraram as pesquisas de Alex Ratts, viu-se o "aparecimento" de grupos indígenas desconhecidos ou considerados extintos e a presença de comunidades negras no Ceará. A negação do negro e do indígena no estado da luz representa a total descaracterização étnica dos povos cearenses. Por outro lado, o reconhecimento dessas existências está atrelado a própria produção das identidades "populares" no estado, que vão desde as práticas culturais (maracatus, quadrilhas, etc.), religiosas (festa de Iemanjá em Fortaleza, festa do Pau da Bandeira em Barbalha, etc.), manufatureiras (jangadeiro, vaqueiro, etc.), que são tradicionais motrizes culturais da negrada do Ceará.

Em 1982, com o surgimento das primeiras discussões referentes à formação de uma entidade sobre a questão racial — com destaque para o Grupo da Consciência Negra (Grucon), alguns grupos

negros passam a reivindicar a presença negra, como as organizações Filhos d'África, Agente de Pastoral Negros (APNs) e Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza, segundo demonstram as pesquisas de Joelma Gentil. Esses grupos passam a problematizar a situação enfrentada cotidianamente por pretos e pardos na sociedade cearense e na história, como o seminário intitulado *Negrada negada: o negro no Ceará*, que questionou a ideia de que, neste Estado, não existiam negros. Um Estado que, passados 136 anos da abolição oficial, insiste em silenciar a contribuição dos povos negros e indígenas na formação da cultura e da sociedade. Américo Ribeiro, em seu texto sobre o Tricentenário do Ceará (1603–1903), escreveu que o Ceará era mais feliz que outras províncias porque não tinha a mescla com negros.

Ademais, o processo de resistência continua referendado pelos 15 grupos indígenas que vivem nesse território, bem como pelas mais de 80 comunidades quilombolas reconhecidas. Tais dados são apurados pelas organizações sociais, assim como pelas pesquisas acadêmicas e os movimentos sociais negros e indígenas que evidenciam a presença marcante desses grupos na formação passada e atual da sociedade e da identidade cearense. As culturas, as histórias e as contribuições desses grupos, na formação do Ceará, são indiscutíveis.

No Brasil, as pressões organizadas pelos movimentos sociais influenciaram diretamente nas legislações municipais, estaduais e federais brasileiras. Com a constituinte e a abertura política, representantes negros e negras passam a propor projetos no parlamento: Carlos Alberto de Oliveira (1941–2018) e o expoente Abdias do Nascimento (1914–2011) são alguns exemplos.

O artigo 68 da Constituição Federal (1988) reconheceu o direito das terras aos

remanescentes de quilombos. Nesse mesmo ano, é fundada a primeira instituição pública voltada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira, a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério da Cultura. Hoje sob a direção de Sérgio Camargo, enfrenta o desmonte de sua missão institucional para a população negra, em atos de total desrespeito, o atual presidente da FCP, desbrada mensagens de ódio ao movimento negro, por ele chamado de “escória maldita” formada por “vagabundos”¹, além da retirada de nomes da lista de personalidades negras da fundação, como o de Marina Silva, Benedita da Silva e Madame Satã².

A III Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em Durban, na África do Sul, de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001, contou com a participação de representantes dos movimentos negros. Essa conferência foi um marco na expansão da discussão e das ações dentro da temática racial brasileira. Com destaque para a Lei 10.639/03, que instituiu no currículo escolar a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, assim como a Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, que criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), à época, com status de Ministério.

A de se destacar, no ano de 2004, a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com relatoria de Petronilha Silva. No eixo que trata da ação educativa, as diretrizes apontam à arte e à cultura afro-brasileira como fundamentais na formação de professores e de alunos para o combate do racismo e das discriminações. Porém, no chão escolar ainda se enfrenta uma total folclorização das artes e culturas negras, como também indígenas, em datas comemorativas no calendário da escola. Isso se dá em partes pela

1. Para saber mais ver: <https://istoe.com.br/sergio-camargo-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita/> e <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/presidente-da-fundacao-palmares-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita.shtml>. Acesso em 03 de nov.2020.

2. Para saber mais ver: <https://revistahibrida.com.br/2020/10/03/fundacao-palmares-retira-madame-sata-da-lista-de-personalidades-negras/>. Acesso em 03 de nov.2020 e <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/atacada-por-sergio-camargo-benedita-e-retirada-do-rol-de-personalidades-negras/>. Acesso em 03 de nov.2020. Ver também: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/fundacao-palmares-censura-biografias-de-liderancas-negras-historicas-em-seu-site.shtml>. Acesso em 03 de nov.2020.

descontextualização dos processos culturais e suas relevâncias para sociedade brasileira.

Nesse contexto, surgem as ações afirmativas no Brasil. As ações afirmativas, reivindicadas pelo movimento negro, são fundamentais para o combate e a superação do racismo e da discriminação, à exemplo da lei de cotas no ensino superior. A entrada de pessoas negras e indígenas nas universidades federais pelos programas de cotas, acarreta na imagem de uma outra cara para o ensino superior público no Brasil, hoje mais diverso e popular. Isso também corresponde a consequências em revoluções estéticas e culturais nos corredores das universidades, cada vez mais ocupado por blacks, tranças, cocás, funk, rap, macumbas, catimbós, quilombos, favelas e aldeias.

Além das demais leis e decretos vigentes que visam à superação das desigualdades sociais e o combate à discriminação racial, nesses fluxos, no ano de 2010, em 20 de julho, foi publicado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288) e criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) por meio da Lei nº 12.289.

Diante de todo o percurso de luta e resistência dos/as africanos/as e seus descendentes desde a colonização até o cenário contemporâneo de demarcação de políticas de ações afirmativas como evidenciamos no decorrer desse texto, buscamos contribuir com o fortalecimento dessas produções, ações e sentidos com a organização deste dossiê. A organização da ordem dos textos foi estruturada a partir da sequência de produções artísticas, culturais, de educação e finalizando com as discussões das políticas de promoção da igualdade racial.

Na UNILAB encontramos uma verdadeira encruzilhada dos saberes, onde trânsitos culturais e epistemológicos estão em potentes zonas de intersecção. Os textos apresentados neste dossiê compõem uma fração importante das discussões pertinentes a UNILAB, suas relações com o debate racial, artístico e educacional,

que no ano da comemoração de uma década da universidade, aparecem na urgência de discussões com a comunidade acadêmica. Desse modo, apresentamos os seguintes ensaios e seus autores e suas autoras:

Segone Ndangalila Cossa, antropólogo de nacionalidade moçambicana, nos apresenta o LUGAR DO FEMININO E DO NOVO NA ARTE AFRICANA, através de uma escrita embebida em cosmogonias moçambicanas, atravessa espaço-tempo transportando pelo baobá e histórias de seu pai, a interpretação de artes africanas e do sagrado feminino no contato com o "mundo novo" que avança pelo chão da ancestralidade.

Wilame da Silva Junior, artista multimídia, graduando do IV semestre do Bacharelado, traz no ensaio CONTRA COLONIZAÇÃO ARTÍSTICA: OU POR UM CURSO DE ARTES NA UNILAB, reflexões e tensionamentos sobre a produção artística no que ele denomina de encruzilhada da lusofonia afro-brasileira, a UNILAB. Apontando para a potência de uma possível graduação em artes na instituição.

Itacir Luz, professor do Instituto de Humanidades, escreve no texto POR UMA UNIVERSIDADE COMO TERRITÓRIO DE SABERES, ARTE E AFRICANIDADES, reflexões acerca do lugar da arte e da cultura na dinâmica acadêmica, traçando para o contexto acadêmico brasileiro, onde relacionada a presença e contribuições da população negra, demarca um imenso legado africano em nossa arte, tensionando esse território de saber e poder.

Luana Antunes Costa, Dayane Moreira e Jéssica Souza, trazem em sua escrita coletiva QUANDO MULHERES NEGRAS RECRIAM O MUNDO DAS PALAVRAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ALUNAS DO PROJETO DE EXTENSÃO SOBRE O CORPO FEMININO – LITERATURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRA (UNILAB), oportunidades de diálogo aberto sobre possibilidades de ações pedagógicas e artísticas, no ensino superior, fundamentadas no desenvolvimentos de capacidades humanizadoras, antirracistas, antissexistas, em suma, contra-hegemônicas.

Patrício Carneiro Araújo nos apresenta, através do grande caldeirão cultural e religioso que é a Unilab, seja no Ceará ou na Bahia, ações que são desenvolvidas e protagonizadas pelo povo de terreiro. No texto elaborado e nomeado como **ÏKÓRITÁ: AFRO-RELIGIOSOS E PROTAGONISMO POLÍTICO-CIENTÍFICO NA UNILAB**, o autor fortalece as ações protagonizadas por professores/as e estudantes que são de Axé e trazem para o universo acadêmico a visibilização das suas falas construindo a pontes para a emancipação humana, na luta contra o racismo religioso.

Kaio Lemos nos possibilita refletir sobre o lugar que os sujeitos organizam no Candomblé, criticando o binarismo biológico através do texto **TRANSIÇÃO DOS PANOS E A GEOGRAFIA DOS CORPOS NO CANDOMBLÉ**. Analisando os acessórios utilizados pelos/as adeptos/as, o autor nos faz refletir sobre a leitura corporal dos iniciados/as e a demarcação social dos espaços hierárquicos que eles/as ocupam a partir desses marcadores.

Linconly Jesus Alencar Pereira parte de uma encruzilhada epistêmica, sua própria sala de aula no curso de Pedagogia na Unilab/CE e aponta um novo cenário à vista para que possamos visualizar possibilidades teórico-metodológicas a partir das epistemologias de terreiros e as rupturas na estrutura de produção do conhecimento de base eurocêntrica. Nessa encruza, chegamos ao texto **A MINHA SALA DE AULA É UMA ENCRUZILHADA DE POSSIBILIDADES** em que o orixá Exu abre os caminhos para a (re) potencialização da vida e identidades positivas.

Maria Cláudia Cardoso Ferreira constrói no artigo intitulado **as MEMÓRIAS AFETIVAS DA EXTENSÃO NO CAMPUS DOS MALÊS – UNILAB**, com a perspectiva de provocar a ruptura com a visão de uma extensão verticalizada, voltada ao assistencialismo e nos possibilita (re) pensar a extensão como a comunicação de saberes e culturas. Parte pelo caminho de crítica dos olhares reducionistas sobre as ações extensionistas, apontando a necessidade

de compreendermos outro paradigma que nos possibilite visualizar as ações de extensão e suas contradições.

Vera Rodrigues, professora do Instituto de Humanidades e coordenadora do PROJETO “**MULHERES NEGRAS RESISTEM: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO, ARTE E CULTURA NA UNILAB**”, traz em seu texto as contribuições do projeto de extensão para os debates de equidade de raça e gênero, em um viés mais amplo, buscando compor uma rede afetiva, teórica e política, que por meio também, da arte e cultura, vem desempenhando atividades extramuros acadêmicos que potencializam o protagonismo feminino e negro.

Arilson dos Santos Gomes, professor do Instituto de Humanidades e chefe da coordenação de Direitos Humanos (UNILAB), apresenta em seu texto **AÇÃO E EXTENSÃO: O NOVEMBRO AFRO-BRASILEIRO E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**, as iniciativas articuladas e organizadas pelo Serviço de Promoção da Igualdade Racial (Sepir) da Unilab, Intitulada Novembro Afro-brasileiro, por onde as ações visam à articulação entre a universidade e a sociedade para a produção de conhecimentos e à interlocução das atividades acadêmicas de ensino e de pesquisa, por meio de processos ativos de formação dentro e fora da universidade.

Por fim, os ensaios apresentados possibilitam reflexões dinâmicas que potencializam sujeitos plurais e suas identidades e ações no fortalecimento integral de uma universidade que é única no Brasil e, arriscamos enfatizar, no mundo.

Boa leitura, a todos, a todas e a todes!

Arilson dos Santos Gomes
Linconly Jesus Alencar Pereira
Organizadores do Dossiê
Novembro de 2020

O lugar do feminino e do novo na arte africana



Fonte: Jardim desingn.
Disponível: <https://bityli.com/9rcTE>

Prostrei-me sempre à majestade de baobás. Encanta-me à postura incólume desta árvore pela sua resistência à tirania do tempo que teima em modificar, incessantemente, o DNA de tudo que temos como dado palpável. Tenho cá por mim, que só o baobá e outras relíquias vivas de uma longevidade impossível de imaginar, conseguem destronar o tempo, pois são de uma temporalidade em que homens e ventos não se faziam absolutos.

Inegável é o contributo de baobá na edificação de universos cosmogônicos africanos. Os povos yorubas, por exemplo, usam o tamanho e o comprimento jurássico do tronco e dos galhos do baobá como régua moral no seu dia a dia. Meu pai amiúde conta que seu pai (meu avô), homem cuja acatadura residia no campo em que parte dos Tsonga¹ andava com altivez necessária, para

não se assumir publicamente como *mabulundlela*² ou assimilador de culturas "superiores" alienígenas. Mesmo a contragosto, a escolaridade e o *falar bem* a língua de Camões o tenham tornado cativo em alguma repartição pública da administração colonial portuguesa, dizia à mesa antes das orações católicas rotineiras que antecederiam o almoço para matar os bichos e todos outros seres que vivem na fome dos homens e das mulheres aloprando-os: "com ou sem chuva o baobá vive e não perdem a pose. Comam hoje, para que amanhã, em tempos distantes da vindima, não tombem perante homens. A fome não pode destronar a postura".

Meu pai, ainda imberbe, foi enfeitiçado pelas palavras do seu pai, e virava noites e dias a pesquisar os baobás. Sabe tudo sobre estes seres

1. Nome genérico que Henri-Alexandre Junod (1944) deu para agrupar e estudar grupos étnico-linguísticos distintos da região sul de Moçambique.
2. Nome que era dado aos assimilados Nguni.

sagrados. A primeira vez que viu um tombado em um lugar distante da capital do nosso país, fora de si e aos prantos, passou seis dias e número igual de noites, vendo aldeões a tentar remover suas raízes que se tinham espalhado e emaranhado no subterrâneo da terra de quintais vizinhos, de cubata em cubata, presentes nas salas, em outros cômodos, principalmente nos quartos, onde à noite infiltrava-se pelo chão lamacento, trazendo à tona sementes de *malambe*³ que germinava crianças e gerações inteiras repletas de amor e empatia. Gerações saudáveis que em tempos de cólera nacionalista, doavam sangue despido de doenças regionais ou nacionalistas, renovando o ar das cidades de pedra e cal adormecidas pela acumulação primitiva de capitais e pela cobiça que os separava de pactos cretaceoncestrais ecológicos entre homens-natureza-deuses.

- Quem fez isso? – exaltado perguntou meu pai ao ancião que se fazia presente e dava instruções para a remoção das raízes do Baobá.

- Quantos anos tens?

- 18 anos.

- Inocente?! Tudo bem. Homens não têm força e nem capacidade de deitar por terra coisas distantes do instante que os pariu. Não é trabalho de homens. É a vontade dos antepassados.

O mesmo ancião anunciou sua sentença em público, informando que os ancestrais tinham abandonado à aldeia pela falta de respeito dos homens e das mulheres com o mundo sempre atuante daqueles que não se vê, mas dos quais se sentem à onipresença no nosso cotidiano.

Em busca de proteção, alguns se precipitaram e sacrificaram animais de seus currais pobres: patos, galinhas, coelhos, ovelhas e bois. Outros, mais incautos, se aventuraram nas águas profundas dos rios e trouxeram vivos hipopótamos e crocodilos sem dentes. Durante cinco dias e cinco noites,

contados a partir da noção de tempo inscrita na subjetividade do meu pai, calendário gregoriano, o sol queimou toda vegetação da aldeia. *Machambas*⁴ foram tomadas por gafanhotos e pragas outras dos tempos bíblicos, tudo que estava no celeiro putrificou. Os mais velhos, com medo do tempo novo que se anunciava, emularam-se vivos, não permitindo que os aldeões se questionassem da eficácia real de suas palavras. O desespero tomou conta de mães e filhas que até então não questionavam os elos entre os homens e os deuses masculinos.

Entoava canções questionando à hipocrisia do sagrado masculino: “disseram-nos que falavam em nome dos deuses e de quem não está entre nós/ onde está o vosso Deus homem agora/quem do outro lado respondia pela nossa saúde deste lado?/ homens, não passam de homens!”

Na manhã do sexto dia, *Kulhuvuka*, prosperidade, menina franzina, de olhos esbugalhados, braços curtos, pernas longas, dorso largo e sorriso estridente, caminhou de encontro ao baobá tombado, com passos largos e com leveza de um corpo não afetado pela lei da gravidade. Tirou um fio de cabelo da sua majestosa carapinha que, com exceção dos olhos, cobria o rosto na totalidade. Sorriu para multidão, a qual espantada com o que via, petrificou-se. Com o fio do seu cabelo *Kulhuvuka* foi desatando de nó em nó da raiz do baobá, desemaranhando o enredo todo, afastando portas e paredes de cubatas que partilhava intimidades e utopias coletivas. Na noite do sexto dia, *Kulhuvuka*, exausta, carregou os pesares de sua comunidade nos ombros, fragmentou-os conjuntamente com galhos, tronco e as raízes do baobá, e esculpiu figuras que representavam mundos e metáforas novas à comunidade.

Incrédulos, os anciões viram na manhã do sétimo dia a vegetação a florescer ao entorno das figuras de *Kulhuvuka*. Da profundidade das águas dos rios, viram sair animais de todas as espécies, alguns destes não antes vistos, arremessavam-se as redes

3. Nome dado em xi-nyungwe, língua da província de Tete, ao fruto do baobá. Malembe tem seis vezes mais vitamina C do que a laranja e é bastante rico em antioxidantes.

4. Pequenas ou médias porções de terra destinadas à agricultura familiar.

de pesca e agachavam-se às margens do rio à espera dos homens e mulheres embrutecidos pela fome para esfaqueá-los. Homens e mulheres inférteis sentiram mudanças hormonais em seus corpos. Diante do público desnudo de pudor, entregaram-se à volúpia. Cientes estavam que desse ato nasceriam homens e mulheres novos e novas prontos(as) para pensar, agir e ser diferente em um mundo que exigia moralidades menos canibais e hipócritas.

- O que ela fez é arte! – disse meu pai ao mesmo ancião que se permitiu conversar com ele.

- Chama-lhe o que quiser, ela nos representou. Colocou nossa dor, nossos sonhos e nossas tradições em metamorfose, mas não esqueceu que este é o solo que a gerou. Fez isso em nome e pelo coletivo. E essa tal de arte é e faz isso?

- Que eu saiba, não! E tida como uma sublevação singular do espírito, um trabalho feito a partir de uma linguagem subjetiva que traduz o mundo que o artista pensa existir em si, na paisagem ao redor das coisas e nas pessoas que consigo interagem.

- Um elefante, solitário longe de sua manada é apenas uma sombra descomunal com dentes à preço.

Foi oferecido uma das figuras de *Klhuvuka* ao meu pai. Com morfologia de geometrias desconhecidas e a madeira de baobá, reluzia aos olhos do meu pai, como alguma forma de arte africana que não raras vezes só tem esse estatuto pelo capital etnográfico do e no artefato.

Meu pai caminhou pelas aldeias vizinhas e a história parecia se repetir. Na aldeia dos pescadores, com as devidas ressalvas contextuais, coube à *Tsomba*, riqueza, menina também franzina, de olhos esbugalhados, braços curtos, pernas longas, dorso largo e sorriso estridente, estabelecer uma liturgia próxima à observada por *Klhuvuka* em sua aldeia. Dada a riqueza da descrição dos aldeões e as figuras com morfologia e energia idêntica as trabalhadas por *Klhuvuka*, meu pai viu-se obrigado a aceitar que havia uma

certa circularidade entre as histórias e movimentos emancipatórios do novo em relação ao velho. Baobás tombados, raízes enozadas desatadas por fio de cabelo carapinhoso, velhos anciões destronados, metáforas novas produzidas, figuras com morfologia de geometrias não conhecidas, alvoreceres prósperos e abundância na manhã do sétimo dia. A história se repetia?! Meu pai estava convencido que não. Uma vez seu pai disse-lhe, confortando o seu desconhecimento das mudanças hormonais que a puberdade trazia nos corpos masculinos: “não temas, não mais serás o mesmo. A mudança é a dádiva que o tempo que nega atrelar a inteligência à experiência, oferece-nos como recompensa. Tudo muda, nada permanece o mesmo. Quando tiveres filhos e eles tiveram seus filhos, diz-lhes que passaram pelo mesmo processo, vivendo dores, alegrias e transfigurações corporais próximas. Mas nunca iguais, é que o tempo afeta seres, coisas, pessoas e vidas, sempre de forma diferente. A nossa relação com o tempo é sempre singular mesmo que o tempo venda a ilusão de nos afetar de forma coletiva”.

A história não se repetia, não mesmo! Existe um lugar, um ponto de encaixe entre estas histórias, é que atos e movimentos emancipatórios tendem a se comunicar mesmo quando são produtos de realidades distintas. Pois, o que reclamam quase sempre é próximo, um mundo novo, um tempo novo, novas metáforas e novos sentidos de vida comunitária. Na aldeia dos pescadores, também lhe foi oferecida uma figura com morfologia de geometrias desconhecidas. Meu pai também a rotulou como arte. E nas próximas sete aldeias vizinhas por onde passou a caminho da cidade, histórias com lugares de encaixe/encontro muito próximos, exaltavam atitudes de meninas franzinas, de olhos esbugalhados, braços curtos, pernas longas, dorso largo e sorrisos estridentes, que estabeleciam liturgias próximas as de *Klhuvuka* e *Tsomba*.

Meu pai chegou na nossa casa com sete figuras de morfologias com geometrias desconhecidas. Consensualmente, rotulamo-las de arte. Na ausência de nome, de conhecimento necessário e suficiente para entender a sua riqueza, mensagem

e dimensão coletiva, a palavra arte localizava àqueles artefatos entre outros muito próximos que se resumiam a transmitir mensagens e a contar histórias através de metáforas e linguagens distantes das dos homens comuns. Meu pai chamou um amigo que muito entendia de arte, viu as figuras, logo calou-se por tempo indeterminado e sorriu. Apenas sorria, quando voltou em si, pediu que o meu pai as oferecesse em nome da humanidade, pois acreditava que podia ser estudada pela crítica

artística. Meu pai quis contar-lhes a história que sustentava aqueles objetos exibidos em sua sala. Mas seu amigo não quis.

- A história desses objetos deve ser magnífica, não tenho dúvida disso. Mas o artefato artístico quando sai do atelier do artista, não lhe pertence. É do mundo! E a mensagem, bem, precisa ser entendida a partir de uma linguagem compartilhada entre obras de artes similares.



Fonte: ASTROPT. Disponível: <https://bityli.com/3GrXc>

- Não foram produzidas em ateliers e com o objetivo de dialogar com outras obras similares.

Meu pai não conseguiu contar sobre o contexto etnográfico, sobre as liturgias e o feminino contido nos artefatos, uma vez que o crítico de arte pouco se interessava pela história dos objetos. A história dos objetos acrescentar-lhes-ia valor inestimável em um leilão, no mercado ou em um atelier conhecido por agregar capital artístico à arte alheia. Na sala do meu pai e sem aval da crítica artística, seria apenas objetos com morfologia de geometrias desconhecidas.

Nossa casa que sempre recebeu gentes oriundas de lugares distintos, independente do *status quo*, passou a receber, em número alarmante, novos ricos que em tempos de *laissez-faire* viajavam para

as Europas da vida em busca de reconhecimento e dignidade que o estatuto de assimilados, durante a vigência da administração colonial, se recusara aceitar. Estes novos ricos traziam das Europas da vida, estátuas e objetos outros com nome de arte africana. Uma mulher mestiça, arrotando arrogância conferida pelos caviões palacianos perto do Louvre, contava do entusiasmo de Jacques Chirac pela arte africana e pelo seu gesto altruísta de a partilhar em museus para que gerações vindouras, negras, mestiças, brancas, amarelas...celebrassem sua história conservada em vidraças distantes do luto, da luta e do suor que as produziu.

Meu pai cansado de viver naquele mundo paralelo dos construtores de histórias únicas, ofereceu as figuras para um museu. Anos depois, este mesmo

museu alegou que estas sumiram em uma reforma qualquer em nome de artes menos provincianas.

O fascínio com a morfologia de geometrias desconhecidas ganhou as massas. Em mercados destinados ao comércio de artes africanas, na capital do meu país, pululavam figuras que destronavam à majestade de qualquer peça exposta em *Quai Branly*. Os preços variavam em função da cor da pele e do sotaque metropolitano ou não. Aos brancos estrangeiros, enredando-lhes com histórias horripilantes sobre mulheres estéreis que mijavam em pau preto, jacarandá-africano, artefatos negros eram vendidos em nome do sagrado feminino que não desabrochou nas hinterlândias moçambicanas.

A morfologia de geometrias desconhecidas, tornou-se a estética dominante. Cada esquina e ruela onde estátuas e baticques eram vendidos, homens gordos, de olhos reentrantes, braços longos, pernas curtas, dorso curto e com dificuldades em sorrir, reuniam galhos, troncos, sementes de qualquer árvore viva nas cidade que as acácias um dia foram o símbolo do convívio entre espaços verdes e edifícios de pedra e cal com rostos de colonos e escadas pretas para gente preta, esculpam figuras com morfologia de geometria conhecida, para celebrar o acordo novo entre os homens, *laissez-faire* e estéticas masculinas. Agora de morfologias de geometrias conhecidas.

Contra colonização artística: Ou por um Curso de Artes na Unilab

Iniciar esse processo de reflexão escrita sobre a arte e seus possíveis papel, poder, lugar, função, sentido, ou quaisquer outra hipótese ou delírio sobre ela, evoca de mim enquanto artista, um emaranhado de sensações-pulsações, por vezes confusas (diria poética?), que tratarei de compartilhar com vocês. Alcançar uma discussão encurvada, elaborada com cores fortes, permitida em saraus de praças, vinda da voracidade de poetas e poetisas marginais transatlânticos, da sutileza sensual de danças tropicais, fermenta o desafio que parte desse corpo negro-caatingueiro, macumbeiro, arteiro. O ponto comum de intersecção desta escrita é a encruzilhada da lusofonia afro-brasileira, a UNILAB. A partir dela me situo neste espaço-tempo para refletir lugares, potencialidades e possibilidades do fazer artístico no contexto universitário.

O que venho a chamar de encruzilhada da lusofonia afro-brasileira, vem a ser um ponto de contato e trânsito entre sujeitos de contextos coloniais e contra coloniais (SANTOS, 2015). O mestre quilombola Nêgo Bispo, nos diz:

(...) vamos tratar os povos que vieram da África e os povos originários das Américas nas mesmas condições, isto é, independentemente das suas especificidades e particularidades no processo de escravização, os chamaremos de contra colonizadores. O mesmo faremos com os povos que vieram da Europa, independentemente

de serem senhores ou colonos, os trataremos como colonizadores. (SANTOS, 2015, p. 48).

Desse modo, encaro a UNILAB como essa encruzilhada que possibilita interações, tensões, afetividades, trocas culturais, produções científicas, e sobretudo o que disserto neste ensaio, experimentações artísticas entre sujeitos contra colonizadores. Estamos presente nas esquinas, a margem do centro. Porém, fluímos potencialidades a partir de uma centralidade afro-pindorâmica (SANTOS, 2015). Transmitidas através de múltiplas linguagens artísticas, onde invocam-se fenômenos no espaço-tempo UNILAB (e além!), que não podem, e aqui reafirmo, não podem ser precarizados e subalternizados pelo foco cientificista da academia branca.

Quando situo uma contra colonialidade artística por via dessa reflexão, quero afirmar que nossos povos, sejam em África ou nas Américas, produziram alternativas civilizatórias ao empreendimento colonial europeu, e que na fruição de produções artísticas nesse contexto encruzilhado da UNILAB, reverberam ações de continuidade das resistências ancestrais. Os timbres entoados de emoção do grupo musical Unisons², também nos proporciona o contato com uma poderosa ancestralidade por via da música. Os quadros pintados por Diego Leão³, também vem como convite ao encontro de uma imagética ancestral, não-linear e transcendente.

1. Graduando do IV semestre do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades - UNILAB. Artista de multilinguagens. Bolsista PIBIC/CNPq pelo Projeto Encruzilhadas, vinculado ao grupo de pesquisa PerformArte - Núcleo de Estudos das performances culturais e do patrimônio cultural imaterial, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

2. Grupo de desenvolvimento artístico-cultural enaltecendo os ritmos afro-brasileiros, formado por estudantes de variados cursos da UNILAB.

3. Graduando do VI semestre do curso de Licenciatura em História. Artista plástico e visual.

O trabalho desenvolvido em dança e teatro pelo Grupo Uniculturas⁴, movimenta corporeidades negras num sentir-ancestre das artes efêmeras. Quando o rapper angolano Ackhromania O.G⁵ produz a música *sentir na pele*, expurgando sentimentos de solidão e valentia ao encarar a distância de um oceano para conquistar seu sonho, e aqui tem para a sua obra, a colaboração de trabalho artístico visual desse que vos escreve, o Jovem Esù, estamos também falando de conexão e missão ancestral. O trabalho fotográfico e de autoimagem realizado por Ana Karoline Brito Nogueira⁶, também será evidenciado como elaboração detalhada de uma arte negra-ancestre, que reposiciona a construção de beleza da mulher negra na contemporaneidade. E nas galerias dos campus da UNILAB - Ceará, quantas vezes nos deparamos com pessoas indígenas de etnias Anacé, Kanindé, Karão, Pitaguary, Tapeba e Tremembé, produzindo suas marcas identitárias através de pinturas corporais, demarcando na pele suas *ancestraligrafias*⁷, onde a arte, no exemplo mais nítido que trago neste ensaio, é a própria constituição do afirmar contra colonial.

Esses exemplos abordados acima, são apenas uma leve passagem por potencialidades de processos e produções artísticas que encontramos nessa encruzilhada da lusofonia afro-brasileira. Ocorre, que dentro, fora e independente da instituição, nós artistas estamos em uma contínua simbiose motriz de elaboração do fazer arte. O que chamo de rede colaborativa de artistas, é justamente essa grande trama que envolve a diversidade de produções e processos, por vezes da precariedade, surgindo na fissura do não-lugar para se inserirem no mundo-tempo. Fazemos obras significantes, quadros e pinturas com potenciais de ocupar as maiores galerias de arte no país e por fora, arranjos poéticos dignos de publicações,

performances teatrais e musicais num grau de qualidade profissional, tudo isso e muito mais feito quase que inteiramente de forma independente, ou como dizemos nas periferias do Ceará: “na tora”.

Essa rede colaborativa de artistas situada no contexto UNILAB, desempenha um papel precioso no que diz respeito a fruição e propagação cultural da universidade e comunidades que a constituem. Na autonomia de processos e produções artísticas evidenciados neste ensaio, coloco em questão da reflexão escrita, algumas das interrogações propostas no convite para publicação de ensaios neste dossiê, a fim de inquietar um pouco mais nossos lugares de sujeitos na construção de um projeto de universidade, tantas vezes afirmada como singular. São essas:

De que forma a arte e a cultura são ou podem ser propositivos de um modelo diferenciado de universidade para a Unilab? Como pode a arte e cultura se articular com os contextos de ensino, pesquisa e extensão da unilab? De que forma a arte e cultura na unilab pode contribuir para reposicionar a centralidade histórica do continente africano [aqui também acrescento os povos indígenas] na constituição da sociedade brasileira? Qual o lugar da arte e cultura na luta contra o racismo?

POR UM CURSO DE ARTES NA UNILAB

Incitar uma discussão abrangente que posicione as artes dentro da produção de conhecimentos na academia, é de certa forma perigoso, principalmente para nós artistas. Pois essa investida acaba por acarretar tensionamentos, direto ou indiretamente, com a hegemonia cientificista nas

-
4. Grupo Cultural que apresenta atividades pautadas na integração entre os países parceiros da UNILAB, também formado por estudantes de variados cursos da universidade.
 5. Ireclene Domingos, rapper, poeta, escritor, bacharel em Humanidades pela UNILAB, atualmente graduando do IV semestre do curso de Licenciatura em Sociologia.
 6. Graduanda do VII semestre do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UNILAB, integrante do Interzoa, grupo de pesquisa sobre comportamentos e interações animais.
 7. Conceito próprio, criado na busca de uma definição que fale sobre minha arte-rabisco, por mim compreendida como uma escrita emanada da ancestralidade. O conceito também vem a se encaixar no caso das pinturas indígenas, entre outras expressões estéticas afro-pindorâmicas.

universidades. Nós artistas, transmitimos por diversas linguagens os resultados das nossas experiências subjetivas, individuais e coletivas. Geramos redes de afetos na produção do conhecimento. Não é tão racional assim, há uma penetração do espírito na consciência com motivações simbólicas, que mobilizam sentimentos na interação entre atores e atrizes inseridos no ato de conhecer. Dentro do contexto acadêmico, a expressão/experiência artística entra nas fissuras de transmissão do conhecimento, como uma curva mesmo, aquilo que altera o dizer e reverbera um outro sentido. É um ato de metodologia - não apenas o material metodológico! -, que busca contrapor uma concepção de experiência compreendida e dominada pelo discurso racionalista.

Desse modo, os processos e produções artísticas estão num potencial de vir a ser outro encontro da UNILAB consigo mesma. E aqui "o encontro só é mesmo encontro quando a sua aparição acidental é percebida como oferta, aceite e retribuída" (EUGÊNIO e FIADEIRO, 2012). Podemos vislumbrar um território institucional permanente e inventivo do fazer, pensar, investigar, apreciar, consumir, expandir, dialogar, tensionar da arte na UNILAB? É possível abriremos caminhos institucionais para que essa rede colaborativa de artistas tome corpo de graduação? As artes podem ocupar o centro? A encruzilhada da lusofonia afro-brasileira tem potência de ser referência acadêmica no campo das artes? As produções artísticas afropindorâmicas elaboradas por via de investigações e pesquisas acadêmicas têm capacidade de proposição antirracista? Podemos almejar uma Licenciatura Interdisciplinar em Artes?

Essas são algumas das inquietações movidas neste ensaio ao tratarmos de arte e UNILAB, mas que não se restringe ao mesmo, pelo contrário, ecoa. Ultrapassando limites fronteiriços, imposições cartesianas. Entrando nas frestas deixadas pelo impacto colonial. Demonstrando que o poder está com todes, todas, todos. Provocando o indizível ao indomável. Sentando na pata da formiga, tocando o céu com a cabeça. Coletivando e reagrupando forças antigas, ancestrais. Sendo alvo de crime,

ameaças, espistemicídios. Lá na curva aberta, onde a institucionalidade não abarca, ou dentro dela mesmo, onde artistas ainda são ameaçados por serem artistas demais para uma universidade só. Emburacando onde não cabe. Tirando de onde não tem. Se a arte tem algum poder, ele está depois dela. O ato de fazer recria nossa experiência, incita desobediência, elabora dissidência, misturando poética-ética-política-estética no mesmo engodo. Traduzindo o que as paredes já não brancas têm a nos dizer.

Figura 1. Por um curso de artes na UNILAB



Fonte: Arquivo pessoal do autor. Campus dos Palmares, Acarape - CE, 2019

Por uma universidade como território de saberes, arte e africanidades

A realidade à nossa volta está sempre nos convocando - ou provocando - a intervir sobre o modo como ela se mostra e, à medida em que essa tarefa se coloca pra nós, também traz consigo inúmeras possibilidades sobre como proceder tal intervenção. A consequência disso é a produção, a criação de uma nova realidade, entendendo, portanto, que esse processo de "estar no mundo" não só é dinâmico, mas é necessariamente um processo transformador.

Estas palavras iniciais expressam como percebo nossa própria condição enquanto sujeitos sociais e históricos e, por isso, também talvez sintetizem uma boa provocação a nos fazermos, em consonância com o que me foi solicitado a refletir nesse breve texto, considerando que a realidade atual, especialmente esta, tem nos chamado a buscar nos reinventarmos ainda mais para, assim, amplificar no que ainda nos for possível, nossa capacidade de alerta e confrontação. De fato, no turbilhão desse mundo em crise, repensar estratégias de (re)existência é algo incontornável, e para isso cabe refletir sobre papel que a arte e cultura podem ou deve exercer nesse processo de enfrentamento.

Afinal, a chamada sociedade moderna na qual vivemos se vale de determinados princípios e parâmetros que servem de esteio para a vida em comum das pessoas que dela fazem parte e dentre estes estão reconhecidamente os mecanismos de controle subjetivo sobre a cultura dos povos. Em sua análise sobre como as ciências sociais serviram

ao objetivo de dominação moderna, Santiago Castro-Gómez chama atenção particularmente para a violência epistêmica e para a "invenção do outro" nesse processo. Como explica o autor:

Conceituamos a modernidade como uma série de práticas orientadas ao controle racional da vida humana, entre as quais figuram a institucionalização das ciências sociais, a organização capitalista da economia, a expansão colonial da Europa e, acima de tudo, a configuração jurídico-territorial dos estados nacionais. Também vimos que a modernidade é um projeto porque esse controle racional sobre a vida humana é exercido para dentro e para fora partindo de uma instância central, que é o Estado-nação (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.84).

Visto muitas vezes como fator secundário, ou mesmo algo em última instância quando considerada frente às demais dimensões da vida, não é por acaso, portanto, que nas discussões e as ações, especialmente no âmbito institucional, o aspecto cultural costuma figurar como uma espécie de alegoria para a realidade e, portanto, responsável meramente por prover entretenimento para o que seria o "mundo real", cujo funcionamento costuma ser creditado fundamentalmente aos processos políticos e econômicos.

Muito embora tal entendimento distorcido sobre a nossa experiência social deva ser refutado, é no mínimo interessante constatar o quanto ele encontrou - e ainda encontra - campo fértil nas

1. Professor Adjunto do Instituto de Humanidades - Unilab/CE

instituições, especialmente nas universidades, a começar pela tarefa principal a ela atribuída, que é a produção do conhecimento científico. Esse atributo do fazer acadêmico, assentado na ciência tal como nós a entendemos modernamente, acabou consolidando discursos e práticas que apontam para uma hierarquização das expressões, tendo como decorrência, um modo de lidar com a cultura partir de um lugar acessório, especialmente quando se refere às linguagens artísticas. Essa forma de operar a arte e a cultura mais amplamente por parte do meio acadêmico, reforçando essa função ornamental em meio ao que “realmente importa”, pode ser observada na própria maneira como estão estruturadas internamente as instituições, onde se evidencia qual é o lugar cabível a essas linguagens e expressões.

Dito isto, cabe então questionar por que a arte e a cultura enquanto linguagens da vida social ainda são tratadas a partir desse lugar secundário na nossa dinâmica acadêmica? A que ou a quem isso serve realmente? Que implicações tal perspectiva tem na formação do público que acessa a universidade? Seria possível à universidade passar a operar em outras bases paradigmáticas e, desse modo, reconhecer a arte e a cultura como expressões ou instrumentos para produção do conhecimento intelectual?

Apesar das provocações que estas questões certamente nos causam, não é necessariamente minha intenção dar conta de dirimi-las aqui em vista mesmo do exercício significativo de análise histórica, sociológica e política que isso suscita. No entanto, entendo que um caminho possível para uma reflexão sobre essa problemática seja pensar esse paradigma sobre o qual está alicerçada pelo menos a universidade brasileira, tendo em vista não só o histórico de surgimento dessa instituição no país, mas principalmente seus paradoxos em vista das próprias características culturais do nosso contexto nacional, contexto esse indiscutivelmente marcado pela presença e pelas contribuições da população negra e, por meio delas, do legado africano.

O que chamamos de Arte compõe esse legado. Algo que nos chama a senti-la por toda sua singularidade e profundidade, mas também buscar entendê-la na sua complexidade e potencialidade. Como explicam Henrique Cunha Jr. e Cecília Félix Calaça (2012, p. 15):

É uma arte com a finalidade de expressar a harmonia e o equilíbrio cósmico desejado pelas comunidades. A ideia de perfeição é associada à ideia do divino, da criação do mundo com base na expansão da energia vital. O divino e sua criação são apresentados pela abstração artística.

No que se refere à trajetória de criação e consolidação da universidade brasileira, é importante lembrar que ela não surge do nada, assim como não resulta de um processo de reconhecimento e valorização da diversidade cultural existente no país ao ponto de se tomar esta como alicerce para o fazer acadêmico, tanto no plano epistemológico, quanto no pedagógico.

Implantada no Brasil já de forma bastante atrasada quando comparada com outros países da América Latina, como o Perú, onde tal tipo de instituição surge no século XVI, aqui isso só ocorre a partir das décadas de 1920 e 1930, com a Universidade de São Paulo, da Universidade do Distrito Federal e da Universidade de Manaus, dentre outras também resultado dessa época, embora já existissem faculdades isoladas desde o século XIX.

Todo o esforço de criação da universidade no Brasil estava permeado pelo receituário dominante, daquelas universidades já estabelecidas, especialmente das européias, estando, portanto, muito longe do atendimento das demandas do povo (MELO NETO, 2012, p. 25)

O modelo de universidade que se instaurou no Brasil, como se observa, inegavelmente recebe como legado princípios, valores e pressupostos que vigoram na mentalidade dominante desde o período colonial, bem como seus desdobramentos no plano concreto do contexto local, no qual destacamos o escravismo e seus flagelos, a saber:

a desumanização e exploração dos corpos africanos e afrodescendentes viabilizadas por tal sistema social.

Mas esse mesmo legado colonial não para por aí. Graças a ele nossas instituições vão se estabelecer reafirmando, a seu modo, não só o cientificismo, mas também uma suposta primazia de uma racionalidade instrumental em detrimento da emoção e da criatividade, empurrando assim esses e outros aspectos da condição humana para um lugar periférico do processo de construção do conhecimento e de circulação do saber pelo simples fato de não "servirem" aos mecanismos de controle da realidade que se quer controlar/comprovar. Ou seja, fez-se a opção - e ainda nos mantemos nela -, por um modelo de instituição acadêmica que nega a todo tempo a complexidade e a potencialidade que nos configura, assim como a capacidade que isso tem para nos levar a descobrir, construir novos conhecimentos, partilhar outros saberes. Como bem explica Jorge Larrosa Bondía em seu ensaio sobre a experiência e o saber que dela emerge:

A ciência moderna, a que se inicia em Bacon e alcança sua formulação mais elaborada em Descartes, desconfia da experiência. E trata de convertê-la em um elemento do método, isto é, do caminho seguro da ciência. A experiência já não é o meio desse saber que forma e transforma a vida dos homens em sua singularidade, mas o método da ciência objetiva, da ciência que se dá como tarefa a apropriação e o domínio do mundo. Aparece assim a idéia de uma ciência experimental. Mas aí a experiência converteu-se em experimento, isto é, em uma etapa no caminho seguro e previsível da ciência. A experiência já não é o que nos acontece e o modo como lhe atribuímos ou não um sentido, mas o modo como o mundo nos mostra sua cara legível, a série de regularidades a partir das quais podemos conhecer a verdade do que são as coisas e dominá-las. A partir daí o conhecimento já não é um páthei máthos, uma aprendizagem na prova e pela prova, com toda a incerteza que isso implica, mas

um mathema, uma acumulação progressiva de verdades objetivas que, no entanto, permanecerão externas ao homem (BONDÍA, 2002, p. 28)

Diante desse modelo de universidade, e mais amplamente de sociedade, ter como pauta o reconhecimento e a valorização de outras formas de estar no mundo torna-se um desafio ainda maior, especialmente se esta "outra forma" tomar como referência a experiência e os saberes dos povos africanos, assim como dos seus descendentes vivendo em diáspora, tendo vista tudo o que já se disse e já se fez historicamente contra esses povos sob a justificativa, ironicamente, de que não teriam história, cultura, e até mesmo alma! Entre os produtos resultantes dessa violência sem precedentes - além do longo período de escravização desses povos - está o monumental racismo direcionado à população negra em geral, a qual é demanda a lidar recorrentemente com estereótipos e estigmas produzidos pela sociedade racista que a cerca, como também se defronta com o reflexo desse racismo nos âmbitos social e institucional, os quais a negam sistematicamente, ainda se valendo de argumentos como objetividade, cientificidade, secularidade, universalidade, neutralidade, e, a partir disso, a excluem erigindo dispositivos como meritocracia, individualismo, distanciamento, competitividade, indiferença, e tantos outros.

E é aqui, nesta encruzilhada, que particularmente se insere a Unilab, universidade pública criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011, tendo como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, e tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

Seu papel de integração, no entanto, não se restringe ao compartilhamento de produções

intelectuais e tecnológicas, mas sim, na cooperação solidária entre os povos, o que pode ser entendido na perspectiva de trocas culturais e convergências identitárias entre seus povos. Tendo em vista esse perfil e os pressupostos nos quais foi criada, a referida instituição traz, portanto, características que nenhuma outra universidade no Brasil tem, e ciente dessa condição, precisa ser ainda mais provocada na sua forma de atuar, de modo qualificar ainda mais o modo de atendimento junto ao seu público com , mas também por conta disso, com desafios que só a ela se impõem como tal.

Por toda sua singularidade, a Unilab deve ser provocada a operar em outras bases e isso passa necessariamente por voltar-se para o que a caracteriza. Isso significa que, a partir do conjunto de princípios sobre os quais está assentada, e pelos fatores que a configuram, cabe à ela reconhecer-se não apenas enquanto instituição acadêmica tal como outras já existentes, mas sim, enquanto um território, tomando aqui o sentido para além da simples materialidade do espaço local e também global, dado seu caráter internacional que apresenta formalmente esta universidade. Como definido por Milton Santos (2005, p.255): "o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí." Como a discussão sobre *território* está também atrelado ao debate sobre territorialidade, importa salientar que esta, por sua vez, se refere às relações jurídico-políticas. Mas, não apenas isso. Segundo aponta Emília Pietrafesa De Godoi (2004, pp. 446-447):

Constata-se, primeiramente, que a territorialidade não é algo que se possa entender sem estudar processos, isto é, precisa ser contextualizada em relação ao momento histórico em questão, ao contexto físico onde ocorre e aos atores sociais envolvidos. Nesse sentido, tomar a territorialidade como objeto de estudo é investigar processos. Outro ponto importante é o sentido que estamos conferindo à desterritorialização: aqui, ela

está sendo pensada relacionada a processos de exclusão e expropriação em relação a grupos, populações, povos impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus espaços de vida e trabalho, isto é, seus territórios.

Por essa perspectiva é possível reconhecer processos de convergência de múltiplas experiências e saberes, tanto aqueles tradicionais impressos e expressos pela memória dos corpos que a ocupam, quanto os "novos saberes" resultantes da produção acadêmica. A partir das bases que se propõem romper com o caráter ainda colonialista da atividade acadêmica vigente, esses saberes podem mais visibilizados e efetivamente trabalhados como fomentadores de conhecimentos e práticas capazes de transcender as perspectivas hegemonicamente ocidentais, e particularmente iluministas, em muito já incapazes de responder aos anseios e desafios da sociedade contemporânea - ou pelo menos aquela parcela que até hoje não é alcançada pelos benefícios gerados pela atividade acadêmica.

Em termos talvez mais específicos, afirmar essa territorialidade africana e afrodiaspórica que singulariza a Unilab pressupõe superar os referenciais definidores do fazer científico estabelecido implica em, entre outras tarefas, desenvolver uma percepção mais ampliada quanto aos meios, expressões, linguagens e comportamentos existentes nesse lugar, e pelos quais também podemos produzir conhecimento e formar pessoas.

Uma vez se fazendo como esse "território negro", coloca-se necessariamente à Unilab rever, ressignificar e transformar o então princípio de atuação demandado às universidades brasileiras em geral, ensino, pesquisa e extensão, não no sentido de refutar tais dimensões da atividade acadêmica, mas sim reorientar o modo como são entendidas e, por consequência, exercidas institucionalmente. Afinal, não há como negar todo o caráter hierarquizador no qual são concebidas e distribuídas as instâncias e setores no interior da estrutura acadêmica, o que tem por pressuposto o

próprio entendimento vigente sobre o que vem a ser o trabalho científico e a formação intelectual. Não à toa, essa verticalização do saber, assim como a definição preconceituosa do estatuto de conhecimento encontra nas expressões e práticas artísticas seu principal alvo, a tal ponto de “engessar” essas atividades estigmatizá-las como categorias assessorias dentro do fazer acadêmico.

Portanto, no caminho para mudança do que temos do atual modelo de universidade em geral, e particularmente para a afirmação da Unilab como um território singular de produção e circulação de saberes, a dimensão da cultura, e junto a ela, as linguagens e expressões artísticas têm papel central, pelas suas especificidades, mas especialmente por suas potencialidades como recurso de sensibilização, de transformação e de formação.

Figura 1. Professor Itacir Luz



REFERÊNCIAS

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber a experiência. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo-SP. Jan/Fev/Mar/Abr 2002 nº 19, pp. 20-28

BRASIL. **Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010**. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/sobre-a-unilab/>. Acesso em: 31 de jul. 2020.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. **Ciências sociais, violência epistêmica e “invenção do outro”**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. Coleção Sul-Sul, CLACSO, Buenos Aires, 2005. pp.80-87.

CUNHA JR, Henrique Cunha, e CALAÇA. **Afro Arte, Memórias e Máscaras**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

DE GODOI, Emília Pietrafesa. **Territorialidade**. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Claudio Alves. Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa. Salvador: EDUFBA, 2014.

MELO NETO, José Franciso de. **Universidade Popular: texto para debate**. João Pessoa: Editora Universitária-UEPB, 2012.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Ano 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Quando mulheres negras recriam o mundo das palavras: relato de experiência de alunas do projeto de extensão sobre o corpo feminino – literaturas africanas e afro-brasileira (Unilab)

“Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”
Conceição Evaristo

1. PREÂMBULO DA VOZ E DA LETRA EM NEGROS FEMININOS

Maria Firmina dos Reis, Ruth Guimarães, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Lia Vieira, Miriam Alves são alguns dos nomes de escritoras negras e brasileiras, nossas “mais-velhas”, anciãs de uma memória e de uma experiência afro-feminina coletiva que atravessa o século XIX, marcado pelo colonialismo e pelas violências da escravidão, que alcança o século XX e desemboca no nosso tempo, século XXI, época das armadilhas da *colonialidade do saber, do poder e do ser*. Apesar dos obstáculos, essa voz grafada negra e de mulher, perfura a cronologia do tempo, cria o seu próprio movimento espiralado, confundindo as artimanhas das hegemonias tantas que, secularmente, criam arapucas para sequestrar os nossos corpos e as nossas mentes. É a potência dessa voz transformada em letra, hibridizando oralidades e escritas, que nos convoca a tomar parte do movimento

insurgente de corpos afro-femininos, projetados, no universo pedagógico e artístico brasileiro, pelo protagonismo de mulheres negras, de dentro e de fora de espaços acadêmicos. Desse modo, este texto deseja, primeiramente, contar pela voz grafada de alunas integrantes do Projeto de Extensão Sobre o Corpo Feminino – Literaturas Africanas e Afro-brasileira (UNILAB), implementado pela Profa. Dra. Luana Antunes Costa, de sua experiência ao longo do projeto. Por outro lado, o texto se quer como uma oportunidade de diálogo aberto sobre possibilidades de ações pedagógicas e artísticas, no ensino superior, fundamentadas no desenvolvimento de capacidades humanizadoras, antirracistas, antissexistas, em suma, contra-hegemônicas. Para esta discussão são apresentados alguns aspectos e reflexões acerca dos diálogos e das vivências no período de realização das atividades, 2018-2019, assim como uma abordagem reflexiva sobre as leituras de obras literárias e teórico-críticas produzidas por intelectuais negras, tentando visibilizar as contribuições do projeto de extensão como um processo formativo e de troca de experiências/vivências de mulheres e homens negros/as.

1. Docente do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB/CE), coordenadora do Projeto de Extensão e Grupo de Pesquisa “Sobre o corpo feminino – literaturas africanas e afro-brasileira” (PROEX/CNPq/UNILAB).
2. Assistente Social, Bacharela em Humanidades – UNILAB, graduanda em Pedagogia-UNILAB.
3. Mestranda em Sociologia, Universidade Federal do Ceará; Bacharelada em Serviço Social, Faculdade Cearense.

O projeto de extensão universitária Ciclo de estudos e debates "Sobre o corpo feminino – Literaturas africanas e afro-brasileira" nasce a partir do grupo de pesquisa "Sobre o corpo feminino" (UNILAB/CNPq), em atuação desde 2016 na UNILAB. Em decorrências das pesquisas desenvolvidas pelo grupo, que envolve alunos, pesquisadores e professores da UNILAB e de outras universidades, constatamos a necessidade de desenvolver um projeto de extensão, com o intuito de dialogarmos, de forma mais estreita, tanto com a comunidade externa à instituição, quanto com demais segmentos da comunidade interna, destacando o nosso compromisso com o estabelecimento de diálogos entre os campos do ensino interdisciplinar das literaturas africanas e afro-brasileiras, das artes e das ciências humanas, e o campo da pesquisa, base importante do Projeto Político Pedagógico da UNILAB.

2. PANORAMA DE VIVÊNCIAS AFRO-FEMININAS PELA VOZ DE DAYANE MOREIRA E JÉSSICA SOUSA

Esse relato faz parte de um trabalho de acompanhamento que foi desenvolvido por nós, como alunas bolsistas integrantes do projeto aqui apresentado. Durante todo o percurso das atividades realizadas, são vários os registros que aqui buscamos mostrar, destacando a dinâmica dos encontros. É importante situar sobre o nosso lugar de fala, como mulheres negras, periféricas e acadêmicas. Segundo Djamila Ribeiro (2017), o lugar de fala como conceito pode ser entendido pela via da teoria do ponto de vista feminista, ou feminist standpoint, proposto nas reflexões da intelectual afro-norte-americana, Patricia Hill Collins.

Frisamos que Djamila Ribeiro, filósofa e feminista negra, foi uma das autoras estudadas nos encontros do Projeto de Extensão, ao longo de 2018. É apoiada em Collins que Ribeiro (2017) adverte sobre o lugar de fala não como

experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem

ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social de que certos grupos ocupam restringem oportunidades [...] (RIBEIRO, 2017, p. 61, grifos nossos).

Em decorrência das pesquisas desenvolvidas pelo grupo, que envolve alunos/as, pesquisadores/as e professores/as da UNILAB e de outras instituições federais de ensino superior, surgiu a necessidade de desenvolver um projeto de extensão, na UNILAB/CE (COSTA, 2017).

Desse modo, buscando uma integração entre as áreas de ensino, pesquisa e extensão, o nosso projeto se fundamenta pela manutenção de um grupo de estudos e de práticas político-pedagógicas, baseadas em dois eixos norteadores de ações: 1. Estudo coletivo e compartilhado sobre mulher, corpo, epistemologias dos feminismos contra-hegemônicos, a partir da leitura/debate de textos literários e teórico-críticos, preferencialmente de autoria feminina, dos campos das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e da Literatura Afro-brasileira, em diálogo com outras artes e outros saberes; 2. Ações coletivas de trocas de conhecimento sobre os textos estudados, por meio de um trânsito cultural e pedagógico estabelecido entre o público-alvo do ambiente acadêmico e o de espaços externos à UNILAB. Pelas ações político-pedagógicas, as/os integrantes da equipe do projeto elaboram espaços de trocas de conhecimento, oficinas, eventos, tanto na UNILAB, quanto em espaços externos. Com isso, potencializa-se o diálogo entre os públicos-alvo, buscando o conhecimento e a divulgação de obras literárias, as potencialidades de suas relações com outras artes e campos de saberes, além de contribuir com a construção de espaços de humanização, individual e coletiva, pela literatura.

Em relação à nossa formação durante o processo de desenvolvimento do projeto, percebemos-nos, como pesquisadoras/extensionistas, por meio da observação participante, sobretudo porque nossas vivências como mulheres negras amalgamam-

se às propostas bibliográficas estudadas e à pedagogia voltada à prática da liberdade (HOOKS, 2013). Segundo Minayo (2009), a observação participante, tem caráter investigativo, permitindo a compreensão da realidade, o/a pesquisador/a que observa a realidade social, em relação direta com os/as interlocutores/as e o campo social, participando e partilhando de informações que circulam entre o grupo pesquisado.

O campo para o desenvolvimento do projeto situou-se na Unilab/CE – campus Liberdade, onde ocorreram os primeiros encontros do Projeto de Extensão, no período de fevereiro a junho de 2018. Apresentaremos, a seguir, um breve percurso das atividades realizadas nesse período, envolvendo também um encontro na Universidade Federal do Ceará - UFC, em colaboração com o Grupo de Estudos LERÁFRICA, e outro, na ONG Fábrica de Imagens⁴.

1.2 DINÂMICA DOS ENCONTROS

Seguindo a proposta do Projeto e o cronograma previsto pela coordenadora do curso, bolsistas e voluntárias/os, iniciamos os encontros pela leitura do livro *O que é lugar de fala?* (2017), de Djamila Ribeiro, buscando uma interlocução com a obra *Mulheres, raça e classe* de Angela Davis (2016). O debate transcorreu abordando a experiência própria das mulheres negras, contando com as reflexões de Davis (2016) que resgata a trajetória das mulheres negras, no contexto norte-americano, desde o período escravocrata.

Presente nos trabalhos das duas autoras citadas, o discurso de Sojourner Truth foi lido em voz alta por todas/os presentes no encontro. Alguns trechos expressivos desse texto, sobre a condição diferenciada de ser mulher e negra reproduzimos aqui:

Aquele homem ali diz que precisamos ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem pra mim! [...] eu capinei, eu plantei [...] e também aguntei as chicotadas! [...] pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos [...] E eu não sou uma mulher? (RIBEIRO, 2017 p. 20; DAVIS, 2016, p. 70-71).

Em um outro encontro do projeto, abordamos a tema da lesbianidade negra e da solidão da mulher negra, pela leitura do conto de Miriam Alves, "Alice está morta" (1998). Pela perspectiva dos estudos comparados, buscamos estabelecer uma relação entre esse conto e a produção da escritora norte-americana, Audre Lorde. Debatedmos a respeito da intersecção entre racismo e lesbofobia, que passa pela violência contra as mulheres negras e as dificuldades destas mulheres serem livres para assumirem sua sexualidade.

Voltando-nos para o cenário da literatura negra de origem cearense, *Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis* (2017), obra da cordelista, escritora e poeta cearense Jarid Arraes, foi lida e analisada em um dos nossos encontros. Ressaltamos, nesse momento de aprendizado, o necessário resgate histórico das mulheres negras, seus feitos e lutas ocultados pelo machismo e pelo racismo, dentro da História Brasileira dita oficial.

Quando lemos e discutimos alguns contos da coletânea de poemas da poeta cearense Dinha, *Onde escondemos o ouro* (2012), com sua literatura periférica e de escrita cortante, foi inevitável articular as temáticas levantadas por Dinha à concretude da realidade, ao assassinato político sumário da vereadora Marielle Franco, aos 14 de março de 2018. Sentimo-nos diretamente

4. A Fábrica de Imagens – Ações Educativas em Cidadania e Gênero é uma Organização Não Governamental (ONG) que desenvolve ideias, projetos e ações para promoção da equidade de gênero, afirmação da diversidade sexual e fortalecimento das juventudes através de processos de fruição, formação, produção, difusão e distribuição de bens e serviços culturais e em comunicação. Ela se localiza em Fortaleza/CE.

implicadas e impactadas por esse crime e o espaço do encontro figurou como um lugar seguro para falarmos de nossas emoções e sentimentos sobre essa tragédia que comoveu o mundo.

Lembramos as vigílias que se avolumaram por todo país, destacando a vigília em Fortaleza/CE, na Praça da Gentilândia, no dia seguinte ao seu assassinato com a presença de vários movimentos sociais, onde ocorreu também o ato ecumênico pelos jovens assassinados em mais uma das chacinas que segue vitimando a juventude negra e empobrecida. Compartilhando potências vindouras, foi relatada a experiência no Fórum Social Mundial, que aconteceu, em 2018, em Salvador, Bahia.

Seguindo com o nossos encontros, a leitura dos contos da escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2017) nos possibilitou uma interconexão com a África. O conto "No seu pescoço" suscitou diversos questionamentos, inclusive sobre quais "nós" temos enrolados em nossos pescoços, que situações nos oprimem e nos marcam, qual solidão nos persegue. No conto que dá título à coletânea, as intersecções entre gênero, raça, classe e etnia surgiram a partir de um outro contexto, o contexto norte-americano, em que Adichie (2017) escreveu, sem desconectar-se da Nigéria, sua terra natal.

Essa interseccionalidade entre gênero, raça, classe e etnia, no contexto africano, foi encontrada também em *O livro da paz da mulher angolana: as heroínas sem nome*, de Dia Kasembe e Paulina Chiziane (2008). A história de mulheres marcadas pela guerra, na corrida pela independência de Angola, o papel da mulher nas guerras, sua potência e astúcia ao longo de um passado não muito distante, hoje tornada esquecida, invisibilizada, foram problemáticas que se destacaram em nossa leitura. Nesse sentido, Collins (2016) nos apresenta uma definição direta de interseccionalidade que auxiliou-nos em nosso debate. A autora aponta que:

Como forma de investigação crítica e práxis, o contorno da interseccionalidade na academia reflete o contexto de uma tradução imperfeita.

Assim, a interseccionalidade proporciona lentes sugestivas para examinar o que poderia se perder na tradução, em situações de ideias deslocadas entre diferentes comunidades de interpretação, com diferentes níveis de poder [...] (COLLINS, 2016, p. 7).

E ocupando outros espaços, um dos encontros do Projeto de Extensão aconteceu na Universidade Federal do Ceará - UFC, em parceria com o grupo de pesquisa LERÁFRICA. O encontro foi conduzido pela Profa. Dra. Luana Antunes, que abordou o tema "Os femininos e as ilhas cabo-verdianas nos contos de Dina Salústio".

A partir da leitura e debate sobre os contos "Liberdade adiada", "Uma viagem de saudades", "Foram as dores que o mataram", as falas dos participantes do encontro abordaram temas como: as representações do corpo feminino, questões referentes ao lugar das mulheres, presentes na escrita de uma escritora cabo-verdiana, e diretamente ligada a nossa história como mulheres negras brasileiras, os diálogos entre os contos de Dina Salústio e a obra da escritora brasileira, Carolina Maria de Jesus.

Por último, mas não menos importante, nas ações fora da academia, participamos de uma das reuniões de planejamento do evento Curta o Gênero, ocorrido em 2018, realizado pela Fábrica de Imagens. Nessa ocasião, apresentamos o nosso Projeto de Extensão e dialogamos com integrantes de movimentos sociais, grupos de pesquisa, coletivos e os/as idealizadores/as do evento, nos colocando à disposição para contribuir e partilhar saberes na construção do evento, assim como pretendemos seguir com os encontros extra-acadêmicos

3. EM SUMA: ENCONTROS INSUBMISSOS

Sempre ouvimos da coordenadora do Projeto, Luana Costa, que nossos encontros eram encontros insubordinados, assim como as mulheres que líamos. Nossos encontros são insubordinados

porque retomamos a vida das mulheres negras e africanas, rememoradas e recriadas pelas autoras, ao mesmo tempo em que reconhecemos essas autoras, nossas contemporâneas, que têm nos ajudado a refazer nossas lutas cotidianas. E tomamos as quais conhecimento de suas escritas por meio desse espaço, construído pelo projeto de extensão.

Essas mulheres escrevem para manter a dignidade do seu povo e da vida das mulheres negras, constantemente apagada. Nesses encontros de potência, cada obra nos fortalece e nos põe em contato com pessoas que partilham do mesmo ideal de transformação, a partir de diferenciados e ricos pontos de vistas, como acontecem com a presença dos/as estudantes da Unilab e de outras instituições. Desse modo, pelo encontro com a literatura, seguimos reatando o fio da vida das comunidades negras e africanas, assim como das nossas comunidades locais, de saberes e experiências.

Figura 1. Projeto de Extensão Sobre o Corpo Feminino: Literaturas Africanas e Afro-Brasileiras

PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - UNILAB



sobre o corpo feminino

LITERATURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRA

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi, **No seu pescoço**. São Paulo - SP: Companhia das Letras, 2017

ALVES, Miriam. **Alice está morta**. In. QUILOMBOHOJE (org.). Cadernos Negros: os melhores contos. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo – SP: Pólen, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Revista Parágrafo – Dossiê Comunicação e Desigualdades, São Paulo – SP, v. 5, n. 1, jan/jun de 2017. [pp. 6-17]. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>>. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

COSTA, Luana. **Ação de Extensão, modalidade projeto**. Ciclo de Estudos e Debates: Sobre o Corpo Feminino- Literaturas Africanas e Afro-brasileira. Redenção-CE, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FÁBRICA DE IMAGENS – Ações Educativas em Cidadania. Quem somos. Disponível em: <http://fabricadeimagens.org.br/quem-somos/>

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KASSEMBE, Dia; CHIZIANE, Paulina. **O livro da paz da mulher angolana: as heroínas sem nome**. Luanda – Angola: Editorial Nzila, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte - MG: Letramento Justificando, 2017.

Ìkòrítá: afro-religiosos e protagonismo político-científico na Unilab

Em seus dez anos de existência a Unilab tem se mostrado como um importante espaço de expressão das múltiplas identidades religiosas às quais sua população está ligada. Exemplo concreto disso é a estética das sextas-feiras, quando os estudantes africanos ligados ao islã comparecem aos campi ostentando suas vestes preceituais, fazendo das salas de aula, pátio, RU, bibliotecas e demais áreas comuns do Campus dos Palmares, por exemplo, um espaço de grande visibilidade do seu pertencimento socioreligioso. Nessas ocasiões, o *sabador* (traje masculino) e o *hijab* (vestimenta feminina), roupas típicas da população muçulmana, se misturam às saias das mulheres evangélicas e ao branco imaculado dos membros do candomblé ou da umbanda, que nas sextas-feiras também guardam preceitos ligados à cor das roupas.

Nesse desfile de símbolos religiosos diversos, alguma mulher de candomblé exibirá um torço (turbante típico das culturas de terreiro) ou um homem portará um *filá* (gorro masculino muito comum nas religiões afro-brasileiras). Amiúde, tanto o torço quanto o filá vêm acompanhados de *fiões de contas* (ou guias), colares muito comuns nas religiões afro-brasileiras. Na estética específica da Unilab, esses adereços convivem com crucifixos, santinhos e pingentes os mais diversos, ligados às culturas religiosas indígenas (Tremembé, Anacé,

Pitaguary, etc.) ou mesmo de insígnias do Vale do Amanhecer ou das religiões ayuasqueiras.

Em outras situações, se poderá ver e ouvir, em dias alternados da semana, um grupo religioso católico, salvo engano ligado à Renovação Carismática Católica (ou à Pastora Universitária?) reunido no pátio do Palmares III, com violões e outros instrumentos musicais, fazendo orações, cantando e convidando os transeuntes a se juntarem a ele. Nesse caso, a performance já não é vista de forma consensual, uma vez que extrapola a exibição de símbolos e assume uma prática litúrgico-ritual, segundo alguns destoante da natureza laica do espaço público da universidade. De qualquer forma, todo esse cenário nos ajuda a entender o quanto a universidade, mesmo estando instalada em um território de limitadas alternativas religiosas, ao acolher populações diversas, também tem funcionado como uma *Ìkòrítá*, palavra ioruba utilizada para se referir ao conceito de "encruzilhada", no sentido de local de encontro de diferentes realidades.

Nota-se facilmente que a natureza internacional da Unilab faz com que ela funcione como uma verdadeira encruzilhada de diferentes tradições religiosas, apesar desses pertencimentos nem sempre serem motivos de conversas e discussões. Os estudantes africanos, por exemplo, pouco falam

1. Professor de Antropologia na Unilab desde 2017. Fundador e líder do "Tierno Bokar: núcleo de pesquisas e estudos sobre o fenômeno religioso" (Unilab/CNPq). Babalorixá, iniciado na nação ketu desde 2014.

sobre religião, mesmo sendo uma população visivelmente religiosa e refletindo, na Unilab, a expressiva diversidade religiosa existente nos seus países de origem. Entre a população africana da Unilab, por exemplo, pode-se perceber cristão (católicos, protestantes, evangélicos), muçulmanos, pessoas ligadas às religiões tradicionais e étnicas, talvez alguns judeus e, mais raramente, ateus.

Assim como a população africana, também entre os brasileiros nem todos comentam abertamente sobre a sua condição de iniciado. As raízes dessa discrição têm origens muito profundas e motivos históricos. Há que se reconhecer, contudo, que pertencimento religioso também é assunto de foro íntimo, devendo-se ser respeitadas as diferentes formas de expor ou não essas ligações. Ademais, o fato de ser iniciado não quer dizer que a pessoa ainda mantenha ligações com esse universo religioso, mesmo sabendo-se que a iniciação imprime caráter, ou seja, uma vez iniciado, não tem como voltar à condição anterior de não-iniciado. Mas, uma coisa é ser iniciado, outra é manter vínculos com a religião. No caso da Unilab, é possível perceber que, quando iniciado, mesmo não se mantendo mais as práticas rituais, sempre se preserva o respeito à essas tradições religiosas e a promoção dos valores e saberes civilizatórios ligados a elas.

Até o momento, eu desconheço uma pesquisa séria e abrangente sobre esse mosaico religioso da Unilab. E para ser sincero, nem sei se uma pesquisa dessa natureza obteria êxito na universidade, sendo que sua utilidade com certeza também seria questionada. As limitações de uma pesquisa profunda sobre esse cenário podem ser associadas a uma falsa compreensão de que ciência e religião são sempre mutuamente excludentes. Contudo, na época da elaboração desse artigo já se podia perceber na universidade a existência

de ao menos cinco grupos de estudos e pesquisas certificados pelo CNPq e que se dedicavam a estudos sobre religiões como um dos temas privilegiados pelas suas atividades².

Entre as diversas religiões que compõem as alternativas religiosas às quais a população unilabiana está ligada estão as religiões afro-brasileiras (candomblé, umbanda, jurema, catimbó, entre outras). É sobre o protagonismo de agentes dessas religiões na Unilab que este artigo pretende falar. Para ser mais específico, aqui trataremos da visibilidade que essas religiões gradativamente foram adquirindo através da atuação de estudantes e professores (as) ligados (as) a essas expressões religiosas. Começemos, então, pelos professores, ficando o protagonismo dos estudantes para outra ocasião.

INTELECTUAIS ORGÂNICOS QUE TRANSITAM ENTRE DIFERENTES SABERES: AFRO-RELIGIOSOS COMO PROFESSORES NA UNILAB DO CEARÁ

Desde a sua fundação, a Unilab teve nos seus quadros professores e pesquisadores ligados ao mundo dos terreiros. Aliás, a própria criação do Instituto de Humanidades (IH) desta universidade se deve, também, ao esforço incansável de um professor africano, filho de Ogum e confirmado como ogã em um terreiro de candomblé de João Pessoa, na Paraíba. Numa confluência entre sua participação na estruturação da Unilab e as narrativas míticas do seu orixá pessoal, a atuação deste professor-ogã faz jus ao papel de Ogum como *asíwájú*, ou seja, herói-civilizador ioruba que abre caminhos, instala habitações e, portanto, civiliza. Ogum, portanto, está na origem do Instituto de Humanidades da Unilab.

Depois dessa fase inicial, no mesmo IH outro homem negro, iniciado no candomblé e sacerdote

2. Os grupos em questão existentes no momento da produção deste artigo eram: Azânia: grupo de estudos e pesquisas em cultura, gêneros, sexualidades, religião, performances e educação, coordenado pela professora Joalice Santos Conceição; GREMIS: grupo de estudos do mundo islâmico, coordenado pelos professores Ronald Apolinário de Lira e Sérgio Krieger Barreira; Oritá: espaços, identidades e memórias, coordenado pelas professoras Vera Regina Rodrigues e Jacqueline Britto Pólvora; RELIS: religiões, subalternidade e movimentos sociais, coordenado pelo professor Ronald Apolinário de Lira e Tierno Bokar: núcleo de pesquisas e estudos sobre o fenômeno religioso, coordenado pelos professores Patrício Carneiro Araújo e Francisco Victor de Macedo.

dessa religião (bàbálòrìsà) teria uma importante atuação no IH/Unilab. Robson Cruz de Obaluayê atuou como professor de Antropologia na Unilab até o ano de 2016, quando se aposentou e foi morar no Rio de Janeiro, mantendo, contudo, laços de afeto com a Unilab até hoje. Também de Obaluayê é outra professora que atua ainda hoje no IH, tendo sido iniciada em um importante terreiro de candomblé de Fortaleza, em um barco com outra famosa professora negra da UFC. Um barco de Obaluayê e Oxum que, mesmo não tendo permanecido no terreiro onde se iniciaram, ambas contribuíram e têm contribuído significativamente para o desenvolvimento das ciências humanas no Ceará e para a promoção dos valores afro-epistêmicos em contextos acadêmicos.

Vinda do Maranhão, outra professora negra e iniciada nas religiões afro-brasileiras (não saberei precisar se no Tambor de Mina, candomblé ou umbanda) também tem atuado de forma muito intensa no IH, a partir do curso de Pedagogia, tendo posteriormente chegado à um importante posto na hierarquia gestora da universidade. Ainda no curso de Pedagogia, a atuação marcante do professor Ivan Costa Lima, iniciado há muitos anos nas religiões afro-gaúchas, sempre fez da atuação dos afro-religiosos na Unilab um sinal visível do quanto essa população produz ciência e atua de forma consequente na construção de outros parâmetros epistemológicos e políticos na educação.

Em 2018 se somaria a este quadro de professores afro-religiosos a pesquisadora Joalice Santos Conceição, iniciada em um terreiro centenário do Recôncavo Baiano e que, vinda da Universidade Federal Fluminense (UFF), trouxe para a Unilab um grupo de estudos e pesquisas já maduro que, entre outros temas, também se dedica a pesquisas sobre religiões. A vinda de Joalice Conceição e do Grupo de Pesquisa Azânia reforçou significativamente o protagonismo negro e afro-religioso no IH da Unilab.

Antes disso, eu mesmo, também iniciado no candomblé e tendo a honra de ser babalorixá (forma aportuguesada da palavra

ioruba bàbálòrìsà, sacerdote do culto aos orixás), passei em concurso público para professor de Antropologia na Unilab, tendo assumido o cargo no dia primeiro de setembro de 2017. Na primeira oportunidade favorável, criei o *Tierno Bokar: núcleo de estudos e pesquisas sobre o fenômeno religioso*, que, dentro das suas possibilidades, vêm criando espaço para a ampliação desse protagonismo político-epistêmico nesta universidade.

A chegada do Pai Linconly de Ayrá, babalorixá cearense e branco, também fortaleceu esse protagonismo, já que fez alianças com os professores iniciados existentes no IH, tendo sido bem recebido por eles. Dessa confluência surgiram parcerias importantes entre professores afro-religiosos da Unilab, algumas delas chegando mesmo a evoluir para relações de filiação religiosa ao Ilê Axé Obá Oladejì. Em parceria com professores afro-religiosos, como os Ogãs Ricardo Nascimento de Oxoguiã e Igor de Oxósse, que já vinham promovendo discussões e iniciativas de valorização dos saberes tradicionais dos terreiros na universidade, o professor Linconly endossou as discussões e eventos que trouxeram para a universidade religiosos e religiosas que puderam compartilhar experiências de saberes específicos, mostrando à comunidade universitária o quanto os terreiros, para além das práticas rituais e litúrgicas, também são espaços de construção de saberes diversos. Através de Linconly, a èkejì Cristiane Sousa da Silva, professora do IFCE e militante do movimento negro, estreitou uma relação de colaboração com a Unilab que tem se prolongado num diálogo constante entre o mundo dos terreiros e a universidade.

Em uma das iniciativas promovidas pelo Professor Linconly, foi trazido o babalorixá Léo de Oxum, líder do Igbaxé Ominolá, em Fortaleza, para apresentar o vídeo-documentário "Candomblé: um legado africano", produzido por uma parceria entre pesquisadores da UFC e da Universidade de Nantes, França. Com o auditório do Campus Liberdade lotado e três babalorixás na mesa de discussão, os presentes puderam conhecer um pouco mais sobre essa herança religiosa e cultural no Brasil, assim como constatar que,

diferentemente do que foi um dia, a população de terreiro também é composta por professores doutores, os mesmos com quem eles tem aulas na universidade.

Essa atividade, na verdade, já aconteceu na esteira de dois outros significativos eventos que privilegiaram esse tipo de discussão: a *Roda de Conversa sobre Epistemologias de Terreiro*, acontecida no dia 23 de julho de 2018, promovida pelos professores ligados aos grupos de estudos e extensão Performarte e Diálogos Urbanos, que contou com a presença de importantes lideranças afro-religiosas do Ceará, e o *Epistemologias dos Terreiros: movimentos sociais e educação*, acontecido na noite do dia 13 de dezembro de 2019, quando ocuparam a mesa de discussões eu, como babalorixá e professor da casa, a ìyàwó de Òsun e estudante do curso de Letras Victória Maria Oliveira da Silva, a èkejì e professora do IFCE Cristiane Sousa da Silva de Ogún, o professor e Ogã Ricardo Nascimento de Oxoguiã e o professor e bàbálòrìsà Linconly Jesus Alencar Pereira. Todas essas iniciativas são partes de um protagonismo político-científico dos afro-religiosos da Unilab que está em curso e espera-se ampliar no futuro.

Esse protagonismo, contudo, não se resume aos professores e professoras. Também entre os estudantes há um protagonismo em construção e atuação que é importante destacar ao analisarmos como a Unilab tem se mostrado como tempo e espaço favoráveis às contribuições epistêmicas dessas populações.

Transição dos panos e a geografia dos corpos no Candomblé

[...] a real é que não faz sentido as explicações religiosas e espirituais, faz mais sentido como marcador social de gênero e hierarquia. (Adebumi, 11 maio 2020)²

No candomblé, nada é à toa. Um fio de conta, um adereço, tudo sempre tem um significado e um sentido. Considerando as indumentárias/vestes e todas as peças vestuárias do candomblé, elas sempre estarão ligadas a níveis hierárquicos e a posições ocupadas, não só em relação aos panos utilizados, que têm ligações não só com *Orixás*, mas também com lugares que os sujeitos ocupam na religião e, principalmente, na hierarquia. O candomblé ainda é um mundo organizado a partir do binarismo biológico – ou seja, identificando corpos e identidades através das genitálias –, que marca profundamente não só o candomblé como as culturas *yorubas*. O que é o jogo de búzios se não *odus*³, um show de binarismo biológico? Isso é uma herança das culturas tradicionais *yoruba*, que são também a base do candomblé, e entram no processo de classificar as roupas entre o que é de mulher e do que é de homem, do que é feminino e do que é masculino. Por exemplo, o pano da costa sempre foi associado à mulher, como pontua Gaspar (2009) – e aqui estamos falando da mulher *cisgênera*⁴, mulher biológica, mulher de vagina:

O Pano da Costa faz parte do vestuário de mulheres africanas, sendo um acessório utilizado em diversos países do continente, como Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Congo, Benin e Senegal. É uma espécie de xale, medindo normalmente dois metros de comprimento por sessenta de largura, usado de várias formas: sobre as costas; jogado no ombro - pendendo uma das pontas sobre o peito e a outra sobre as costas; à tiracolo; cruzados na frente; amarrados sobre o busto ou na cintura, como uma faixa estreita ou larga e numa espécie de avental. Ao chegar ao Brasil, o acessório incorporou-se aos trajes das mulheres negras que circulavam pelos engenhos, sobrados, ruas e praças, principalmente das províncias da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais e Rio de Janeiro. (GASPAR, 2009, p. 30)

Fala-se muito que o pano da costa está diretamente ligado à questão dos 'seios' e do 'útero'. Nesse sentido, o pano da costa só poderia ser usado por quem atende a essas características. Essa vestimenta também tem formas de ser usada; há quem diga, inclusive, que ela está ligada à 'proteção' dos ditos 'seios' e 'útero', pois é usada tanto em cima dos 'seios' quanto na cintura, em cima do 'útero'. No candomblé, esse adereço

1. Homem transativista dos direitos humanos. Consultor do Instituto de Raça, Igualdade e Direitos Humanos da ONU (AMÉRICA LATINA). Mestrando em Antropologia pela UFC UNILAB/CE. Especialista em Estudos de Gênero, Sexualidades e Direitos Humanos pela UFC/CE. Bacharel em Humanidades (UNILAB). Bacharel em Antropologia (UNILAB). Presidente da ATRANSC (Associação Transmasculina do Ceará).

2. Nome fictício nigeriano que significa 'Realeza'.

3. A palavra *odu* vem da língua *iorubá* e significa 'destino'. São os signos que encontramos neles, os búzios, o princípio de nossas características, ele é revelado através de uma leitura de búzios.

4. Mulher que nasceu biologicamente com vagina, se reconhece dessa forma e vivencia o contexto social e cultural de mulher.

sempre esteve ligado à figura da mulher cisgênera, por conta da leitura corporal dos 'seios' e 'útero'.

No entanto, homens cisgênero que são Egbomes⁵ e Babalorixás⁶, depois de terem tomado 7 anos de obrigação – quando alcançam o cumprimento de 7 anos de iniciado –, se são Oloyés⁷, e/ou portadores de algum cargo como Babaegbé⁸, Babaefún⁹, babalaxe¹⁰, babaewe¹¹ e outros, teriam também o direito, já que deram suas obrigações de 7 anos. Todos aqueles que deram a obrigação de 7 anos, é como se estivessem 'acima' do binarismo biológico, ou como se tivessem 'superado' o mesmo. Sendo assim, por isso, essa classificação básica binária poderia ser usada para qualquer coisa, inclusive o pano da costa, até porque vão precisar em alguns momentos; por exemplo, eles estão ali dançando ou auxiliando e alguém vira no santo¹², e eles, os sacerdotes, precisam de um pano para amarrar no corpo da pessoa que recebeu o santo ou até mesmo para cobri-lo, no caso de um santo que precise ser coberto – Oxalá, por exemplo. Esse homem/sacerdote/de cargo usa o pano da costa mais em função daquilo que ele vai fazer, caso aconteça o que é previsível. Nesse cenário, só a partir dos 7 anos – e ao 'superar', teoricamente, os binarismos, vivenciando acima das convenções – é permitido usar o pano da costa. No entanto, nem isso é unanimidade no candomblé: não é em toda casa, não é em toda linhagem, não é em toda família de santo que homem pode usar a vestimenta, mesmo após os 7 anos de obrigação.

Uma outra observação interessante de homens que usam o pano da costa no candomblé, e que foge dessa questão hierárquica de cargos e

poder, está relacionada à homossexualidade. É muito comum encontrar homens cisgênero gays, principalmente nos candomblés do Sudeste, usando o pano da costa. Alguns usam da mesma forma que as mulheres: no peito, como se estivesse cobrindo os seios. Já na linhagem da Casa Branca, nenhum homem usa o pano da costa, nem Babalorixá (cargo mais alto no candomblé), nem homens cisgênero gays (sexualidades). Se, por exemplo, ocorrer uma situação nessa casa em que um Babalorixá esteja fazendo algo, o santo vira e é preciso um pano para amarrá-lo, o Babalorixá chama uma mulher que tenha pano e lhe pede emprestado.

Um outro adereço que está muito ligado à questão do binarismo biológico no candomblé é o torso, o pano de cabeça. Em muitas tradições, o pano de cabeça é prerrogativa só das mulheres. Na tradição da Casa Branca, por exemplo, homem não usa pano de cabeça, ou só usa quando está recolhido, e já tendo passado pelo processo de sacralização na cabeça; nesse sentido, usa-se o pano na cabeça para proteger o ori. No entanto, em uma festa promovida pela religião e/ou no cotidiano do dia a dia, homem não usa o pano de cabeça, e sim usa gorro (*filá/ekete*). Inclusive, dentro do terreiro e em seu cotidiano, em algumas casas, assim como na Casa Branca, só quem pode utilizar o pano de cabeça são as mulheres mais velhas que já tenham 7 anos de iniciadas.

O pano da costa é a peça de maior significado histórico dentro do vestuário africano, em conjunto com o torso. O uso de saia, "camisu!" ou bata e pano da costa são indispensáveis dentro do "AXÊ ... " A maneira de amarrar,

5. Egbome, em *yoruba*, significa 'irmã/irmão mais velho'. Torna-se Egbome depois de 7 anos de feitura no candomblé.

6. O significado e tradução do título Babalorixá é 'pai dos segredos do Orixá'; Baba = 'pai'; Olo = 'segredo'; Orisá = 'Orixá'. Disponível em: <https://candombles.blogspot.com/2016/11/babalorixa-yalorixa.html>. Acesso em: 13 ago. 2018.

7. Palavra, em *yoruba*, que quer dizer 'portador de riqueza', em sua etimologia. No dia a dia dos terreiros, Oloyé é uma pessoa que é portadora de algum cargo e/ou título honorífico sacerdotal.

8. BabaEgbé quer dizer 'pai da sociedade'. É um posto/cargo sacerdotal que existe nos terreiros onde o Babaegbé tem uma autonomia de segunda pessoa do Babalorixá. Responsável pela organização da comunidade.

9. Outro cargo sacerdotal. Pai do Efún = tintas utilizadas na pintura dos iniciados e objetos.

10. Pai do Axé = 'energia/casa'. Também um cargo sacerdotal. Está muito ligado à figura do Babalorixá/Ialorixá da casa. Ele também é considerado o herdeiro do axé, do terreiro.

11. Pai das folhas. Também um cargo sacerdotal concedido a um sacerdote do Orixá Osaim.

12. Se diz 'virar no santo' o processo de incorporação dos Orixás.

13. Em *yorubá*, significa 'cabeça'.

colocar ou “enrolar” o pano varia de acordo com a situação, o ritual desenvolvido ou a posição hierárquica. (ABRANTES, 1996, p. 21)

Pano da costa: mulher; pano de cabeça: mulher; homem: calçolão (*camizu/ekete*)¹⁴. Todavia, nada disso citado anteriormente é regra geral; muda de casa para casa, muda também se uma casa é liderada por uma mulher ou se é liderada por um homem, se esse homem que é líder é *adé*¹⁵ ou não, gay ou não, podendo interferir no que se usa e no que não se usa dentro do candomblé. Tudo isso pode ser pensado e problematizado no sentido de ver até que ponto esses significados são diaspóricos. A meu ver, parece que sim, e parece que esses códigos todos são construídos na diáspora, inclusive, alguns deles podem ser resultado desses processos de construção de uma matrilinearidade do candomblé. Assim, entra toda aquela história do candomblé na Bahia, Ruth Landes, década de 30, quando as mulheres tomam o poder, se mantêm nele e impõem a matrilinearidade, e, além disso, a narrativa que diz quem fundou o candomblé, apontando a trajetória das mulheres e impedindo que os homens retomem esse poder. As mulheres se apropriam também de alguns símbolos, e vão, historicamente, conseguindo associar esses símbolos – da indumentária, inclusive – a um poder feminino.

Então, muito disso é construção histórica. Por exemplo, o pano de cabeça e o turbante/torso, em muitas tradições, é um adereço estritamente feminino, e vedado aos homens – estamos falando da diáspora Bahia, Casa Branca. No entanto, quando se vai para a Índia, são os homens quem usam torso/turbante na cabeça. Quando se vai para as culturas árabes, quem usa torso/turbante também são os homens. Logo, pressupõe-se que muitos desses símbolos sejam resultado do processo diaspórico, algo importante a ser pensado.

Tudo isso perpassa as relações de gênero e o binarismo biológico do qual o candomblé ainda

não consegue se desvencilhar, se é que um dia vai conseguir. As indumentárias, vestes e adornos são organizados e distribuídos, autorizados ou vetados em função de um binarismo biológico que ainda é a base dessa religião. Esse apego ao binarismo biológico atravessa as questões ligadas às sexualidades – de orientações sexuais –, como, por exemplo, nos casos de pais de santo casados há muito tempo com seus companheiros e que não abrem mão do binarismo e das tradições ligadas ao binarismo biológico.

No entanto, existe no candomblé – e aqui falamos de diáspora – um ponto importantíssimo nessa discussão: aquilo que é da África e aquilo que é da diáspora; aquilo que se faz na África e aquilo que se faz na diáspora, porque há mudanças muito grandes. A diáspora possibilita certa fluidez impensável nos cultos africanos na África até hoje. Mesmo em alguns cultos africanos no Brasil – como no Ifaísmo, por exemplo –, os binarismos são bem mais fortes e a fluidez bem menor, pois são apegados ao ideal de tradição, segundo eles, 'do jeito que é na África'. Há muita coisa a se pensar na fluidez que acontece na diáspora e que não é possível se perceber na África. Um dos pontos fundamentais para se pensar roupas na relação de gênero, principalmente pensando na pluralidade de gênero, é justamente esse marco fundamental, esse marco espaço-temporal simbólico que é a diáspora. A diáspora provoca essa multiplicidade de usos e esses códigos dos usos, que serão estabelecidos também em função dos pertencimentos hierárquicos.

Sobre a 'transição dos panos', esse é um assunto que muito me instiga a problematizar o lugar do homem trans/transmasculine no candomblé, e o uso ou não do pano da costa. Por que um homem trans/transmasculine deve usar o pano da costa? Por que o homem trans/transmasculine não pode ficar sem usar o pano da costa? Qual o significado do pano da costa entre os transmasculines? É possível um homem trans/transmasculine não

14. Camisu é blusa. Nesse sentido, camisu é usado tanto para homens como para mulheres. Eketé é o contrário de torso. É um gorro característico de uso masculino.

15. Palavra yoruba que contextualiza a homossexualidade.

usar o pano da costa? E se esse homem trans não possuir mais um útero, como é visualizado e sentido esse cenário? São esses os questionamentos que me acercam.

Diante da obrigação de 7 anos, que é um marco muito importante, no qual a pessoa se acha no direito de usar o que ela quiser, surge mais uma problemática: o pano da costa é hierarquia, poder, ontologia ou binarismo biológico? Por completar 7 anos e assumir uma autonomia, é como se esse tempo de obrigação suspendesse ou relativizasse os códigos impositivos de uso de indumentárias ligadas ao binarismo biológico.

Na história do candomblé, há algumas figuras emblemáticas que nos levam a pensar nas mudanças no uso das roupas, como, por exemplo, Joãozinho da Gomeia, um dos pais de santo mais famosos do candomblé, um homem gay considerado poderoso no sentido de mudar costumes. Joãozinho da Gomeia foi quem introduziu, segundo muitos, o uso do pano de cabeça entre homens, então, daí se diz que 'os gays introduziram o uso do pano de cabeça'. Joãozinho da Gomeia foi um dos primeiros que fez uso; depois dele, ou até contemporâneo a ele, alguns passaram a usar também. Por exemplo, o famosíssimo Pai Baiano usava pano na cabeça acompanhando Joãozinho da Gomeia; outro, Tercio de Xangô, em São Paulo, também usou.

Esses pais de santo gays famosos, citados aqui nesse trabalho, começaram a mudar os códigos e a usar coisas ditas e lidas como de mulher em seus corpos: foram pioneiros, ou seja, criaram novas práticas que se tornaram comuns, no entanto, não de forma generalizada. Desde que Joãozinho da Gomeia botou um torso na cabeça, de lá para cá passou a existir homem com pano na cabeça como uma coisa comum em algumas casas, linhagens e tradições. Segundo alguns, essa prática foi uma introdução de Joãozinho da Gomeia, que depois passou para o Pai Baiano, Pai Waldomiro de Xangô, Tercio de Xangô, e assim por diante; e, assim, algumas casas passaram a adotar tal indumentária. No entanto, em algumas casas

não se vê pais de santos usando. No Ase Oxumare, o atual *babalorixá* não usa. Na Casa Branca, é impensável homem usar pano de cabeça. No *Ile Ase Oponfosa*, também não se usa: homem não usa torso, e, sim, o gorro – o *ekete*, um tipo de gorro masculino usado na África e na diáspora no candomblé.

Mais uma vez, trago o marco da obrigação de 7 anos como algo que parece dar a liberdade de poder usar o que quiser, inclusive coisas ditas e lidas como femininas. Os *Oloyés*, portadores de cargos, usam e vivem a prerrogativa de usar. Aqui, temos uma questão interessante de como essas pessoas que têm cargos estão diretamente ligadas a uma iniciação: elas ajudam no processo de iniciação, e, como a iniciação de uma pessoa no candomblé é lida a partir da metáfora da gestação e do parto e de toda a sua simbologia da concepção e gestação do parto, então todos esses *Oloyés*, esses homens e mulheres velhas/velhos, que têm cargos na casa, possuem uma relação com o processo de concepção, gestação e parto. Nesse sentido, elas/ eles estão ligados também à questão da reprodução. Então, se eles – especificando a questão masculina do debate – ajudam a conceber, a gestar e a parir, então eles participam desse princípio feminino ligado a esse conjunto todo. E, se eles participam de forma direta de todos esses processos, então não estão presos no binarismo: eles são homens, mas ao mesmo tempo também são mulheres, pois ajudam a parir, gestar e a conceber; é como se eles estivessem acima disso tudo, e, se estão acima e ficam 'grávidos' no *roncólá*, então podem usar os panos ligados a esses processos.

Um ponto importante para pensarmos a transição dos panos é a **geografia do corpo**, onde os panos e as indumentárias entram como **marcadores dessas geografias do corpo**, e os marcadores têm por objetivo territorializar os corpos, possibilitando **outras leituras dos mesmos**; leituras que transcendem, que vão além do binarismo biológico. Os panos começam a transitar dos corpos ditos e lidos femininos para os corpos ditos e lidos masculinos, onde o elemento de mediação, historicamente falando, é o corpo do homem gay afeminado.

16. Quarto sagrado onde se recolhe as pessoas que vão iniciar.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Samuel Sampaio. **Atotô obaluayê ajuberu**: um olhar semiológico sobre a indumentária de Obaluayê. Rio de Janeiro: UFRJ: EBA, 1996.

GASPAR, Lúcia. Panos da Costa. In: PESQUISA Escolar Online. Recife, 15 mar. 2013. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/panos-da-costa/>. Acesso em: 23 maio 2020.

A minha sala de aula é uma encruzilhada de possibilidades

Falar de um espaço de novas possibilidades é sempre desafiador, e no meu caso, como não ando só, para adentrar a esse caminho peço a benção aos meus ancestrais e Mojubá a Exu (aqueles/as que sempre estão comigo), o Orixá que trata de ir na nossa frente, nos ajudando a romper com as barreiras e assim vai abrindo os nossos caminhos. Estou em um entre lugar, mas em um dinâmico transitar, em um constante movimento de ir e vim entre o terreiro e a universidade. A dinâmica que desenvolvo ao longo desse processo me possibilitou potencializar os conteúdos da componente curricular ensino de ginga, capoeira, corporeidade e mandinga que ministro no curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – Unilab.

A integração a partir da educação superior tem sido o grande objetivo da Unilab, tanto com os/as estudantes brasileiros (Maciço de Baturité, Quilombolas, Indígenas) como com os/as de países africanos lusófonos (Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique). Nos pátios, bibliotecas, cantinas, corredores e RUs observamos toda a diversidade étnica, cultural e religiosa que são perceptíveis nesses cenários, vividas nesses espaços e sentidos nos corpos em movimentos. Na composição desses cenários Unilabianos, os sotaques, as roupas e as várias línguas étnicas ajudam a compor a estética acadêmica dessa universidade, mas é na sala de aula que realmente conseguimos potencializar

todos esses processos através do diálogo e da interação com os/as estudantes.

Mergulho na perspectiva de ruptura epistêmica, um trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo de uma década na Unilab², desde a sua fundação. Nesse contexto as salas de aulas transformam-se em encruzilhadas de novas possibilidades, nos fazendo ultrapassar a noção de finitude no termo encruzilhadas, que no ocidente é associado às ideias de encerramento ou indecisão, me proporcionando a oportunidade de dialogar com referências africanas e afro-brasileiros a partir da perspectiva desses territórios.

A diversidade presente em cada sala de aula nos permite visualizar o real cenário de reparação ancestral e integração internacional que a Unilab vem a possibilitar e com isso vem desenvolvendo tanto no Brasil como no continente africano no que concerne a descolonização de corpos e mentes. Tendo em vista a necessidade e a urgência da promoção de reflexões e transformações epistêmicas que promovam a autonomia das populações africanas, afro-brasileiras e indígenas, a execução de práticas pedagógicas decoloniais e transgressoras tornam-se caminhos viáveis para a execução dessa missão educativa. Entretanto, a atual conjuntura brasileira nos aponta para um cenário de incertezas e batalhas, só que agora, estrategicamente focamos nas microrevoluções que podemos desenvolver, na demarcação dos

1. Babalorixá do Ile Axé Oba Oladeji (a casa do rei que veio para multiplicar a riqueza) e Professor do curso de Pedagogia da Unilab/Ce.

2. A Unilab possui três campi no estado do Ceará, nos municípios de Redenção, Acarape e um no estado da Bahia na cidade de São Francisco do Conde.

territórios de produção do conhecimento, seja pelo desenvolvimento de novos saberes com base na ancestralidade, ou simplesmente para permanecermos nesses espaços.

Esse caminho foi traçado por nossos ancestrais, aqueles/as que nos possibilitaram estar aqui hoje, bem como a luta dos diversos movimentos sociais negros e afro-indígenas que exigiram a reparação por parte do Estado, que consequentemente atendeu as pressões internacionais advinda da Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância promovida pela ONU contra o racismo e o ódio aos estrangeiros. A pressão internacional dessa conferência força o estado brasileiro a pactar a criar políticas públicas de ações afirmativas que garantam o fortalecimento de ações antirracista. Uma das consequências do desenvolvimento desse pacto e ação direta de reparação histórica é a criação da Unilab, que atua no intuito direto de promover formação humana em uma perspectiva integração e cooperação internacional para reparação das mazelas do escravismo criminoso desenvolvido para com os povos originários e tradicionais.

UM GRITO NA ENCRUZILHADA

É dessa forma que dou o meu grito nessa encruzilhada do conhecimento, compreendendo que a minha sala de aula é um grande território de diversas possibilidades, principalmente quando reconhecemos que a reparação dos conhecimentos originários e tradicionais de bases africanas e que foram ressignificados nos terreiros no Brasil como estratégia de luta e resistência pelos seus descendentes, por nós, pelo povo de Axé, é uma necessidade urgente para o desenvolvimento de ações antirracistas.

É com base na luta das pessoas que me antecederam e com essa compreensão de interconexão ancestral que invoco Exu, para que a sua atuação seja a de grande potencializador

de vida, do nosso Axé, nos trazendo a percepção de todas as possibilidades pedagógicas e de transformações quando afirmamos que a nossa sala de aula na Unilab transformam-se em uma grande encruza de possibilidades. Na verdade, estamos diante de um grande caldeirão cultural que permite a desestruturação e desconstrução epistêmica de base eurocêntrica para a construção de um novo cenário civilizatório que contemple o legado ancestral até antes era subalternizado.

Agora sim, os caminhos estão abertos para essas ações revolucionárias de formação humana, como por exemplo, o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracista para a implementação da Lei 10.639/03 que inclui nos currículos escolares da educação básica e no ensino superior os conteúdos referentes a história e cultura africana e afro-brasileira, alterando a lei de diretrizes e bases da educação.

Nessa encruza, a produção do conhecimento torna-se potente e a partir dela preparamos das nossas estratégias, criamos referenciais teórico-metodológicos com base na Exuística, afinal, estamos falando do orixá Exu, e do seu trabalho como grande agente propulsor da transformação das formas de produzir e conceber o conhecimento, agora com bases africanas e afro-brasileira e não mais apenas eurocêntrica. Falamos daquele que comanda a verdade, orixá da comunicação, da transformação, que além de um bom mensageiro nos ajuda a solucionar as questões centrais da nossa vida. Exu é aquele que atende aos desejos humanos, nos incentiva a transgredir as barreiras e impossibilidades e com isso nos incita a rebelião diante das amarras da colonialidade, faz brotar a rebeldia e a ironia frente ao entrincheiramento dos sistemas de dominação. Exu é o impossível, possível e através desse possível potencializado por Exu aprendemos a protagonizar a produção do conhecimento que parte dos terreiros.

Os nossos ancestrais estruturaram os primeiros terreiros como territórios afro-brasileiros para a luta e resistência dos seus descendentes, organizando estratégias de enfrentamentos para

as diversas situações que seus descendentes viessem a enfrentar. Dessa forma, o Xire dos/as Orixás foi pensado como esse grande pacto civilizatório africano e afro-brasileiro em que Exu vai na frente abrindo os caminhos, possibilitando o desembaraço e a estruturação da vida dos povos de terreiro e dessa forma os/as Orixás possam trabalhar através desses caminhos energéticos. Falo de um corpo em movimento que através do cantar-dançar-batucar traduz as mitologias e conhecimentos associados ao culto dos/as Orixás com a perspectiva cosmológica de dezenas de grupos étnicos africanos em um dinâmico processo de cosmobiointeração.

Aprofundo essa ideia a partir dessa encruza epistêmica que me possibilita mergulhar de forma mais profunda na dinâmica ancestral presente no terreiro e com isso afirmar que a cosmobiointeração vem a ser um grande arranjo em que os/as africanos/as e seus/as descendentes remontam através da família de Axé, ou seja, a família que vai para além dos laços sanguíneos a manutenção da energia individual e coletiva. Falo da relação direta de ligação energética/Axé em que os povos de terreiro estão diretamente conectados/as, nos proporcionando analisá-la a partir de dois pontos referenciais, o corpo individual, que está imerso e diretamente ligado ao corpo coletivo, através do Axé, mas também com os demais seres vivos e não vivos.

Através dessa forma de compreender o mundo e as estratégias organizacionais de dentro do terreiro, os conhecimentos ancestrais foram guardados e hoje de forma urgente, criamos pontes através das epistemologias de terreiro para que a implementação da lei 10.639/03 aconteça. Projetar o fortalecimento de identidades positivas a partir do legado civilizatório de origem africana e afro-brasileira é uma missão de reparação para que juntos possamos ressignificar as injustiças cognitivas referentes aos conhecimentos ancestrais e principalmente ao Orixá Exu até hoje satanizado pelas bases eurocêntricas judaico-cristãs.

A minha sala de aula é sim uma encruzilhada de novas possibilidades em que o/a professor/a transforma-se em Exu, potencializando a voz e a vida dos corpos negros, reparando as atrocidades da colonização e do escravismo criminoso para que juntos possamos romper as estruturas da colonialidade e do racismo estrutural. Exu entra nas escolas pela porta da frente e ancora nos corpos afro-brasileiros a sua verdadeira realidade como o intuito de repararmos as injustiças cognitivas associadas ao seu povo. Para as populações africanas e afro-brasileiras de terreiro, Exu é o Orixá mais próximo das relações humanas, é verdadeiro, nos compreende e não é à toa que é ele o responsável de nos reconectar com o sagrado ancestral.

Dessa forma, busco transgredir os laços ainda amordaçados da educação tradicional, cartesiana e autoritária, permitindo com que Exu quebre essas amarras e repare as falhas didáticas e metodológicas que promovem a manutenção da colonialidade. A sala de aula transforma-se em uma encruza com infinitas possibilidades, de potencialização das inteligências múltiplas, onde o aprender brincando pode atrair a felicidade e promover o encantamento. A descolonização dos corpos e das mentes é perpassada pela ousadia e a novidade, a desobediência epistêmica acontece no momento em que a/o professora/o, compreende que o corpo também é produtor do conhecimento e a sala de aula é o espaço propício para ousar, para potencializar todos os nossos sentidos.

Reparemos as injustiças cognitivas e que nasçam mais encruzilhadas epistêmicas, por isso, exu nas escolas.

Memórias afetivas da extensão no Campus dos Malês - Unilab²

Em 2017, durante uma formação continuada organizada e ofertada pelo Nyemba, grupo de pesquisa e extensão da Unilab, eu optei por compartilhar minhas práticas pedagógicas relacionadas com a Lei 10.639/2003, tanto como professora da educação básica como na formação universitária. Terminada a minha fala, uma professora pediu a palavra e agradeceu, pois segundo ela, era disso que precisavam, de palestras menos teóricas e que compartilhassem o como fazer. Em sua opinião, a falta de palestras como a minha prejudicava a implementação da Lei nas escolas do recôncavo. Um tanto quanto intrigada com uma fala de falta de saberes e práticas para efetivar a Lei no cotidiano, eu perguntei à plateia, de maioria feminina, quais saberes sobre ervas medicinais e cuidados às pessoas em situação de doença elas conheciam. Foram listados muitos. Posto isto, eu perguntei se uma professora que trabalhasse na escola com esses saberes de como fazer os chás, os princípios ativos que têm em cada um, como consumi-los e, além disso, convidasse pessoas do entorno para conversas com as crianças e adolescentes sobre esses saberes, ela não estaria trabalhando com os conteúdos da Lei 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008? Todos em unanimidade disseram que sim! Este acontecido diz muito sobre a concepção que temos da extensão, arte e cultura. Ela ainda está muito agarrada a uma visão de que a extensão universitária leva conhecimento, presta serviços. Este entendimento tem a ver com a história da

extensão no Ocidente que disseminou a ideia de que a universidade leva conhecimentos para os que não sabem. Como se fosse possível sermos desprovidos totalmente de saberes.

O objetivo deste texto é problematizar o lugar da extensão, arte e cultura na Unilab em diálogo com a memória afetiva e reflexões de dois técnicos diretamente envolvidos com a extensão e três professores que iniciaram seus projetos de extensão ainda no ano de 2014 (primeiro ano de aulas presenciais no campus dos Malês). Contudo, antes disso, teço breves considerações sobre a história da extensão e seus paradigmas.

A extensão universitária surge no Ocidente, na segunda metade do século XIX, em meio às contradições e tensões do capitalismo, pois ao mesmo tempo que ele necessitava de mais conhecimentos e investimentos para se expandir, oprimia os trabalhadores na luta pelos seus direitos básicos. Os primeiros registros de ações de extensão ocorreram na Inglaterra. Professores das universidades de Cambridge e Oxford ofertavam cursos básicos de literatura, ciências, política, história, além de apresentações artísticas à população em geral, e aos operários de diversos lugares do país (MIRRA, 2009 apud PAULA, 2013).

No início do século XX, a extensão entendida como educação continuada, ações extramuros voltadas aos trabalhadores e um tipo de prestação

1. Professora do Instituto de Humanidades e Letras do campus dos Malês. Graduada e mestra em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutora em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas. E-mail: mariacardoso28@unilab.edu.br

2. Agradeço imensamente aos/às colegas, professor/as e técnicos, que prontamente atenderem ao meu pedido e me ajudaram, com suas lembranças, a tecer os escritos apresentados aqui.

de serviços às áreas rurais, chegaria ao Brasil (NOGUEIRA, 2005 apud PAULA, 2013). Contudo, a extensão só se consolidaria a partir da segunda metade do século XX, quando a universidade desperta para o seu compromisso social, muito em função da pressão dos movimentos sociais, com forte protagonismo dos movimentos estudantis. Nesse período, surge na Universidade Federal de Pernambuco (a partir de demanda de estudantes, intelectuais e artistas e sob a coordenação de Paulo Freire), o Serviço de Extensão Cultural, que concebeu o Movimento Educação de Base e o Movimento Cultural Popular. Outra ação extensionista da época foi o Centro de Cultura Popular, da União Nacional dos Estudantes (UNE) (GADOTTI, 2017, p.2). Assim, é com Paulo Freire que a universidade “se aproxima dos setores populares, tanto mediante a ação concreta de alfabetização, quanto mediante a elaboração de metodologias de interação entre o saber técnico-científico e as culturas populares” (PAULA, 2013, p.17).

Entretanto, com a imposição da Ditadura Militar, a universidade recuou nas transformações estruturais que vinham acontecendo e a extensão voltou à sua concepção reduzida, marcada pela ideia da prestação de serviços à comunidade. Nos anos 1980, com o processo de redemocratização a universidade retoma o seu projeto de transformação estrutural. Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) que passou entender a extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico, articulada ao ensino e pesquisa, e transformadora tanto da universidade como da sociedade. A Extensão Universitária passa a ser compreendida como um conjunto de ações dialógicas (não dissociadas do ensino e da pesquisa), que se orientam pela interdisciplinaridade e interprofissionalidade,

com impacto na formação de estudantes e na transformação social (FORPROEX, 2012).

Desse modo, a extensão, apesar do nome que remete a ideia de ações da universidade extra-muros, ganhou um significado muito mais amplo e complexo que rompe com a ideia de que a extensão universitária é o braço prestador de serviços da universidade ou que as ações de extensão universitária são mais simples, menos importantes, pois voltadas para um público não universitário. No entanto, uma visão da extensão verticalizada, voltada ao assistencialismo, que acha que não aprende com quem está fora da universidade, convive atualmente com outra que “entende a extensão como comunicação de saberes”. Ou seja, alinhada ao que Paulo Freire defendia sobre a extensão. A extensão é “comunicação sobre cultura”; promotora de conscientização de mão dupla (GADOTTI, 2017, p.5).

As diretrizes da Extensão, Arte e Cultura na Unilab estão alinhadas com a ideia de que extensão não deve se reduzir às ações extensionistas. Entretanto, a mudança do paradigma sobre a extensão não tem ocorrido facilmente, pois professores, técnicos e a sociedade civil foram formados pela concepção anterior. Estas questões e dilemas são ventilados pelos professores e técnicos que colaboram na escrita deste texto.

Pedi aos colegas que refletissem diretamente sobre as contradições entre uma concepção mais disseminada de extensão e o efetivo papel da mesma na universidade e sociedade civil. Para a professora Cristiane Santos Souza³, a extensão ainda tem um lugar “subalterno”. Neste mesmo entendimento o técnico Reinaldo Pereira de Aguiar⁴ declarou ser “muito difícil fazer despertar o interesse e atenção por um dos tripés da instituição

3. A professora coordena o projeto Biblioteca Náutica da Baía de Todos os Santos que tem a finalidade de gerar análises e reflexões acerca da cultura e das dinâmicas sociais existentes entre os estudantes e agentes educacionais e culturais da Baía de Todos os Santos, a partir da contação de histórias e da disponibilização de livros e imagens ligadas a cultura e a história local afro-brasileiras e africana. A ideia é que as atividades e acervo bibliográfico transitem em embarcação, aportando em uma das comunidades da Baía de Todos os Santos por um tempo para visitação e participação nas atividades de contação de histórias e outras atividades artísticas e culturais. Texto retirado do currículo Lattes da professora Cf. <http://lattes.cnpq.br/8814476853305554>. Sobre o projeto de extensão ver <http://nyemba.unilab.edu.br/index.php/extensao/biblioteca-nautica-na-baia-de-todos-os-santos/>

4. Servidor técnico-administrativo do Campus dos Malês, responsável por coordenar as ações de extensão no campus, com destaque para a organização do Festival das Culturas. Lattes <http://lattes.cnpq.br/8860713151125071>

universitária quando este é considerado pela maioria da comunidade acadêmica como “a prima pobre”, “o patinho feio da lagoa”⁵. Para o professor Marcos Carvalho Lopes⁵ ocorre que a “relação entre pesquisa e extensão é muitas vezes ignorada ou tomada de um modo inadequado.” Sobre esta problemática a professora Elízia Cristina Ferreira⁶ destacou as hierarquias construídas entre os projetos e programas de extensão e pesquisa, inclusive com pontuações diferentes na progressão dos professores. O técnico Felipe Imídio⁷ dos Santos atribuiu esta concepção ainda disseminada de extensão à herança do “período da ditadura militar de uma extensão universitária no país relacionada com as ações assistencialistas, de se fazer “para” e não “junto com”⁷. Felipe, em diálogo com Paulo Freire, destaca que o educador “já chamava a atenção para o fato de “estender algo a alguém” ser algo incompatível com uma prática educativa libertadora”.

Uma análise pertinente passa pela problematização do que as ações de extensão, arte e cultura podem representar/significar nos eventos, cursos etc. promovidos pela Unilab. Neste caminho, o professor Marcos trouxe, em sua análise, uma questão que pode nos ajudar a refletir o papel da Unilab nos seus objetivos de reposicionar a centralidade histórica do continente africano na constituição da sociedade brasileira. Para o professor, “a tentativa de levar estudantes africanos/estrangeiros para espaços e eventos em cidades vizinhas não pode ter uma função de exposição gratuita da alteridade, muitas vezes caindo em armadilhas dos anseios voyeurísticos que tomam a outra/o outro como objeto exótico

ou precocemente reduzem seu discurso a experiência autobiográfica.” Para ele, “algumas iniciativas, apesar de bem intencionadas, não causam muito mais impacto nas comunidades atingidas do que gerar cenário para fotografias e postagens em redes sociais”.

As ações de extensão, arte e cultura são o lado mais visível da universidade e, por isso, precisam ser refletidas, problematizadas e ressignificadas para que, de fato, possam promover saberes transformadores nos diversos espaços e com os sujeitos envolvidos. Como declarou a professora Elizia: “para mim extensão nunca foi uma coisa separada da pesquisa e do ensino, então a maioria das ações que organizamos foram aproveitadas nestes âmbitos também.” Sob este aspecto, Felipe destaca “que mudanças de perspectivas ainda são elementos desafiadores para a construção de relações transformadoras entre as universidades e as sociedades próximas às instituições.” Parece que um caminho é não atomizar a extensão, reduzindo-a a cursos e eventos, por exemplo. Pois essa perspectiva reducionista pode fazer com que as ações de extensão, arte e cultura se tornem uma “autocelebração narcisista”, na visão do professor Marcos. Práticas que sabemos não colaboram em nada para dirimir representações exóticas e estereotipadas sobre os grupos com os quais trabalhamos, seja na universidade, seja fora dela. Nesse sentido, para a professora Cristiane “uma ação de extensão tem nela (ou deveria ter) uma orientação/objetivo a produção e compartilhamento de saberes entre os diferentes agentes envolvidos na ação de forma dialógica (multilógica).” Todos os agentes da extensão

5. Bota a fala: hip-hop, reconhecimento e educação democrática, coordenado pelo professor Marcos Carvalho Lopes, é um projeto baseado nas artes, que utiliza o hip-hop como linguagem para compor uma (Paideia) educação democrática e procura desenvolver/divulgar narrativas que potencializem a integração e o reconhecimento da diversidade que compõe a UNILAB. Desenvolvido por estudantes da UNILAB do Campus dos Malês o #botaafala procurar dar voz e debater questões raciais, questionar estereótipos de gênero, pensar as relações entre educação estética e autocriação ética, valorizando os múltiplos letramentos potencializados pelo hip-hop e por novas tecnologias de comunicação, especificamente o podcast. Texto retirado do currículo Lattes do professor Cf. <http://lattes.cnpq.br/5516470974081717>. Ver também <https://filosofiapop.com.br/tag/bota-a-fala/>

6. O AnDanças é programa de pesquisa e extensão em filosofia, arte e cultura, coordenado pela professora Elizia Cristina Ferreira. O programa visa promover encontros, oficinas e atividades vinculadas à dança, às performances da cultura popular em geral e ao movimento, além de outras artes e literatura. Desse modo, além de ser um laboratório para as pesquisas em curso, as ações do programa também buscam promover o encontro entre a universidade e a comunidade. Cf. <http://lattes.cnpq.br/8142672108249721> Ver também <https://pausapoetica.wixsite.com/andancas/info>

7. Servidor técnico-administrativo foi o primeiro responsável pelo setor de Extensão, Arte e Cultura do campus. Foi redistribuído, em 2019, para a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Cf. <http://lattes.cnpq.br/7182615292002469>

(comunidade acadêmica e sociedade civil) precisam, portanto, fazer da extensão lugar de investigação, produção e transformação dos saberes.

A segunda questão colocada aos/às colegas do campus teve a intenção de saber o que ele/as mobilizam de memórias afetivas da extensão. Assim, mesmo em uma universidade um tanto quanto nova, é válido conhecer o que esses/as profissionais guardam dessas experiências iniciais no campus. Além disso, o fato de seus projetos de extensão ter uma duração perene no campus, suas memórias afetivas podem nos ajudar a compreender por que estas ações permanecem. Já que, efetivamente, educação tem muito de afeto.

Felipe declarou ser uma "satisfação grande realizar esse exercício de resgatar na memória as primeiras ações que começaram a dar corpo e voz para a extensão da UNILAB, Campus dos Malês." Ele lembrou que junto aos professores/as Cristiane Souza, Elízia Ferreira, Ludmylla Lima e Cleber Lambert participou, ainda em 2014, do projeto do cineclube (Cine Malês) que, inclusive, teve alcance nacional ao participar de uma das edições da Mostra de Direitos Humanos do Governo Federal. Destacou que, no início, as ações eram mais de arte e cultura e em diálogo estritamente com o município de São Francisco do Conde. Das diversas ações ocorridas, destaca o Evento em homenagem à Mulher Negra Latina e Caribenha, organizado pela Rede Mundial de Étnico Empreendedorismo (EMUNDE) e uma Exposição de Máscaras Africanas, intitulada de O Patrimônio: Laços Ancestrais para unidade dos Povos da Diáspora 'África- Bahia-Brasil.

Para a professora Cristiane, dentre as muitas lembranças positivas, uma que vêm logo à mente foi uma visita que fizeram à comunidade quilombola de Santiago do Iguape. O encontro, que teve como metodologia a roda de conversa e exibição de filmes, seguido de debate, "foi muito emocionante, potente e rico em termos de aproximação e acesso a outros saberes de

forma compartilhada entre as diferentes pessoas e instituições presentes". Além disso, ele representou "um retorno ao interior profundo do Recôncavo e as memórias de outros tempos." Contudo, para Cristiane a memória afetiva que mais lhe marcou tem a ver com o projeto Biblioteca Náutica, na sua primeira edição, ocorrida no município de Candeias, comunidades de Passé e Caboto. O relato da professora revela todo o percurso do projeto, sua relação com ensino e pesquisa e conexão de saberes:

aquele momento consolidou o esforço de trabalho de muitos meses antes iniciado desde a elaboração do projeto, a constituição da equipe de trabalho, das inúmeras reuniões internas de planejamento, as muitas incursões no município em busca de afinar os termos da parceria a ser firmada com a secretaria de educação do município, seguidas de reuniões com estes agentes municipais de educação para planejar as ações em termos pedagógicos e logísticos para garantir nossa presença nas comunidades por uma semana para realizar as atividades de contação de história (tanto na embarcação quanto em outros espaços de memória da comunidade), intervenções artísticas e culturais, oficinas arte e cultura com as crianças, oficinas de formação com professoras/es e outros agentes educacionais de toda a rede de educação municipal, rodas de conversa sobre temáticas referentes às orientações das leis 10.639/03 e 11.645/08⁸.

O professor Marcos destacou duas lembranças positivas e que deixaram bons aprendizados. A primeira apresentação do BotAFala, depois de algum tempo de ensaios. Ele conta que ficou muito emocionado, "sem ação". Destaca que "não é simples descrever o que a arte pode promover, ainda mais quando você vê surgir canções novas, apresentadas sem condições técnicas, mas com versos que davam voz à própria comunidade, numa linguagem que os jovens reconheciam como deles. Os estudantes invadiram o palco e

8. O projeto navegou nos anos seguintes nos municípios de Maragogipe, São Félix e, numa versão reduzida, em São Francisco do Conde.

de repente não dava para separar o que seria "palco" ou a plateia." O segundo momento, dentre as muitas lembranças do professor, tem a ver com a sucessão de acontecimentos auspiciosos que fizeram com que o projeto de extensão ganhasse visibilidade nacional, sendo convidado, inclusive, para participar de programas televisivos. Depois disso o BotAFala ainda foi convidado para escrever uma música (Africar) para um desafio nacional no programa de Lázaro Ramos. O *Desafio do Lazinho*⁹ consistiu no envio de breves vídeos por grupos de todo o país dançando a canção do BotAFala. Em síntese, nas palavras do professor: "a letra diz 'África em todo lugar, inventamos a nossa aqui'. Acredito que muita gente que entrou nessa experiência entendeu um pouco da utopia que para mim está encarnada nos melhores resultados da Unilab". Com isso, a participação dos estudantes e do professor contribuiu muito para que um público mais amplo conhecesse e se interessasse pelos saberes produzidos e comunicados pela Unilab.

Em consonância com os outros relatos, a professora Elizia guarda em sua memória imagens positivas da primeira vez que Dona Joanice, mestra sambadeira de Acupe, distrito de Santo Amaro, esteve na Unilab. Outra boa lembrança tem a ver com recepção na universidade à Dona Maria do Xindó, uma das Ganhadeiras de Itapuã. A professora conta que Dona Maria "hipnotizou a todo/as com seu canto encantando, compartilhando a sua história de luta". Outro momento inesquecível, conforme suas palavras, se deu na ocasião do evento *Árvore-sendo-raízes-negras*, em que o grupo do Teatro do Oprimido Marias do Brasil se encontrou com o grupo das Ganhadeiras de Itapuã, no Quilombo Dom João, situado no município de São Francisco do Conde. As lembranças das atividades cotidianas do grupo na Unilab (reuniões, leituras e práticas artísticas), igualmente foram destacadas pela professora. Para ela, assim podemos "ressignificar aquele espaço da sala de aula, que pode ser tão opressor, em palco para brincadeiras, sorrisos. Ao final das atividades as conversas, as trocas, a emoção das pessoas servindo de vetor para o aprendizado (...)".

Como se pôde constatar ao longo da leitura deste texto, a Extensão Universitária ainda tem um longo percurso a percorrer para que, efetivamente, se torne parte constituinte da formação cidadã promovida pela universidade. Problemáticas que marcam o lugar sócio-político-cultural de surgimento da Extensão no Ocidente e, conseqüentemente, no Brasil fazem com que, em geral, a sociedade civil e a comunidade universitária, incluindo professores e técnicos, compreendam a Extensão no seu sentido mais estrito. As mudanças vivenciadas desde a redemocratização têm revolucionado a nossa concepção de extensão e a Unilab faz parte desse processo. Na Unilab, a extensão universitária comunica ao local, nacional e internacional e visa o diálogo, a troca de saberes e a produção de conhecimentos junto a coletivos sociais, étnicos e raciais diversos. Assim, ao compartilhar nossas experiências com as ações de Extensão, Arte e Cultura, com destaque às memórias afetivas dos/as servidores/as do Campus dos Malês, o que se pretendeu aqui foi mostrar o nosso empenho, apesar dos desafios enormes, de desenvolver a Extensão no seu sentido transformador da práxis como nos ensinou Paulo Freire. Na Unilab esta é uma tarefa urgente e necessária, pois se recuarmos perderão todos.

Figura 1. Professora Maria Cláudia Cardoso Ferreira



9. Sobre o desafio ver <http://unilab.edu.br/noticias/2017/09/11/projeto-de-extensao-participa-de-programa-colaborativo-em-rede-nacional/>

REFERÊNCIAS

FONTES:

Cristiane Santos Souza. Relato escrito enviado por e-mail em 11/08/2020.

Elizia Cristina Ferreira. Relato escrito enviado por e-mail em 12/08/2020.

Felipe Imídio Santos. Relato escrito enviado por e-mail em 11/08/2020.

Marcos Carvalho Lopes. Relato escrito enviado por e-mail em 12/08/2020.

Reinaldo Pereira de Aguiar. Relato escrito enviado por e-mail em 11/08/2020.

TEXTOS BIBLIOGRÁFICOS:

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf, Acesso em 10/08/2020.

PAULA, João Antônio. **A extensão universitária: história, conceito e propostas** Interfaces - Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013 Disponível em <http://www.dche.ufscar.br/extensao/Aextensouniversitariahistoriaconceitoepropostas1.pdf> Acesso em 10/08/2020.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012. Disponível em <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>, acesso em 10/08/2020.

Projeto “Mulheres negras resistem: uma experiência de extensão, arte e cultura na Unilab”

Os debates sobre equidade de raça e gênero perpassam o ambiente universitário e a sociedade como um todo. Na Unilab-Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira entendemos que nosso projeto de extensão “Mulheres Negras Resistem: processo formativo teórico-político para mulheres negras” vem contribuindo para esse tema e, em um viés mais amplo, buscando compor uma rede afetiva, teórica e política que por meio também, da arte e cultura, vem desempenhando atividades extramuros acadêmicos que potencializam o protagonismo feminino e negro. Isso ocorre desde 2018 quando o projeto emerge em um contexto de dor e indignação: Marielle Franco, socióloga e vereadora pelo estado do Rio de Janeiro, foi morta naquele 14 de março de 2018. Durante a cerimônia fúnebre um grupo de mulheres com punhos erguidos repetiam incessantemente a seguinte fala: mulheres negras resistem. O grito delas ecoou do sudeste ao nordeste, do Rio de Janeiro à Fortaleza, das cariocas às nordestinas. E quando aqui chegou, inicialmente parecia um grito preso na garganta. Um sentir doloroso, latejante e sem fim. Mas, o tempo-senhor de todas as demandas-, converteu esse sentir, em um refletir e um agir pautados pelo protagonismo feminino, negro e nordestino. Afinal, “A gente combinamos de não morrer” como já dito pela escritora Conceição Evaristo e, sementes não morrem quando enterradas. Germinam.

Esse tripé veio alicerçado em outro: a ideia de realizar um curso de formação teórica e política

de, para e com mulheres negras. Assim, referências teórico-políticas, cursistas e formadoras são mulheres negras, professoras universitárias da nossa Unilab. Essa perspectiva ganha relevância na realidade social cearense. Na “Terra do sol” negros(as) não existem. Assim diz o discurso oficial que exalta o pioneirismo abolicionista ocorrido em 1884; a figura do Chico da Matilde ou como ficou reconhecido o “Dragão do Mar”. Aliás, Matilde era o nome da mãe dele. Uma mulher negra de quem pouco ou nada se sabe. Dele a historiografia oficial registrou ser um jangadeiro que liderou uma greve em que a mercadoria – o negro(a) escravizado, a carne mais barata do mercado – não era transportada em nenhuma jangada do litoral cearense do século XIX. Esse é o símbolo de uma resistência do Brasil escravocrata.

Outro símbolo vem da imagem da “Negra Nua”. Uma escravizada que teria sido castigada com a mutilação de um seio e, posteriormente a morte por ter ocasionado a morte do filho do seu senhor, de quem era ama-de-leite. Ela é retratada em um painel cuja pintura mostra uma mulher negra, nua e de joelhos. De suas mãos, erguidas para o céu, pendem correntes arrebitadas. A interpretação local é de que ela agradece a Deus pela liberdade recebida na morte. Esses símbolos de resistência do passado ganham outros contornos, quando nos perguntamos sobre as formas de resistir no presente. A Matilde, valorizada enquanto mãe do herói e a “Negra Nua”, valorizada enquanto mártir da escravidão, dão lugar ao protagonismo

1. Professora do Instituto de Humanidades da Unilab, coordenadora do projeto de extensão “Mulheres Negras Resistem: processo formativo teórico-político para mulheres negras”

feminino e negro de mulheres cearenses em uma experiência que une ativismo e academia na disputa por narrativas de quem são as “Mulheres Negras Resistem”?

Somos aquelas que desde 2018 nos reunimos para estudar, debater e criar projetos de intervenção social voltado para ações comunitárias ou projetos acadêmicos que visam o ingresso dessas mulheres na pós-graduação em universidades públicas. Assim, disponibilizados a cada ano 25 vagas, em média, para novas cursistas. Nossos encontros presenciais ocorriam quinzenalmente na Escola Porto Iracema das Artes. Um espaço de “formação e difusão cultural” ligado ao Instituto Dragão do Mar, ao Chico da Matilde. Nesse lugar se inter cruzam como numa encruzilhada afeto, teoria, política, arte e cultura. Como fazemos isso?

Pois bem, nós temos dois tipos de atividades. A primeira delas são os módulos de aula com conteúdo teórico e político voltado às cursistas. Os módulos totalizam uma carga horária de 40h, entre os meses de março a novembro. São nomeados assim: Módulo I “Quem sabe de onde veio, sabe para onde vai”; Módulo II “Nossos passos vêm de longe; Módulo III “Ideias são à prova de balas; Módulo IV “Nós por Nós” e Módulo V “Ser mulher e negra é minha essência, não minha sentença”. A segunda atividade nós nomeamos como “Atos de Intervenção” e abrangem o público em geral, em espaços abertos e gratuitos. A proposta é levar nosso conteúdo em outros formatos e propiciar o contato, a troca e o aprendizado com a comunidade envolvente. Nesse sentido, vamos destacar aqui as imagens dos atos de intervenção, que por meio da arte e cultura, potencializam nosso fazer afetivo, teórico e político. Seguiremos uma linha de tempo, a partir de 2018:



Figura 1. Sarau poético Mulheres Negras Resistem: Dragão do Mar



Figura 2. Marcha contra o racismo, fascismo e misoginia – Fortaleza.

Figuras 3 e 4. Roda de conversas e bonecas negras – Centro cultural Bom Jardim/Fortaleza



Figuras 5. Ano de 2019: Evento de encerramento – Centro Cultural Belchior – Fortaleza



OPOVO | área exclusiva

ELIOMAR DE LIMA
O jornalista Eliomar de Lima escreve sobre política, economia e assuntos cotidianos na coluna e no Blog que levam seu nome. Responsável por flashes diários na rádio O POVO/CRN e na CRN Cariri.

SEGUINDO

COLUNA - NOTÍCIA

Porto Iracema traz nova edição do Projeto Mulheres Negras Resistem

A convidada para aula inaugural é a atriz e escritora Cristiane Sobral
07:40 | 03 de março de 2020



✶ Cristiane Sobral

A escritora e atriz **Cristiane Sobral** dará palestra em Fortaleza no próximo dia 14, a partir das 18h30min, no auditório do Porto Iracema das Artes. A fala ocorrerá durante a aula inaugural "Rasuras no cânone - Não vou mais lavar os pratos: palavras com gosto de libertação", trecho de poema dela. A realização do encontro é do projeto "Mulheres Negras Resistem". O evento é gratuito e aberto ao público em geral.

Essa palestra de dará início à terceira edição do curso "Mulheres Negras Resistem: processo formativo teórico-político para mulheres negras", que acontece desde 2018 no Porto Iracema. Cristiane Sobral vai trazer a fala dentro do eixo conceitual "protagonismo feminino e negro".

Idealizadora e uma das coordenadoras do projeto juntamente com as pós-graduandas Ariadne Rios e Mona Lisa da Silva, a professora do curso de Bacharelado e Mestrado em Antropologia da Unilab, Vera Rodrigues, diz que a ideia é fazer da aula inaugural também "uma mostra da trajetória das nossas alunas egressas."

Perfil da conferencista

Cristiane Sobral, carioca que vive em Brasília, é mãe de Malick Jorge, de 10 anos, e de Ayana Thainá, de 09 anos. A escritora, poeta, atriz e professora de teatro possui mestrado em Artes (UnB) e pesquisa os teatros e literaturas africanas e afro-brasileiras. É também professora de teatro na Secretaria de Educação do Distrito Federal e tem nove livros publicados, sendo o mais recente "Dona dos Ventos" (poesia, ed. Patuá-SP).

Em julho, fez temporada em Maputo (Moçambique) com "Esperando Zumbi", dramaturgia de sua autoria publicada na Antologia de Dramaturgia Negra - FUNARTE-SP. Como palestrante, fez tour em 2019 em nove universidades estadunidenses, incluindo Harvard, com o tema "Rasuras no Cânone".

Figuras 6. Ano de 2020: Aula inaugural com a escritora Cristiane Sobral – Porto Iracema das Artes

Cada ato de intervenção compartilhado aqui é uma mostra do que fazemos em prol de uma leitura de mundo mais plural, vivida e em diálogo com a potência criativa de todos e todas que fazem a nossa universidade. Isso é tão forte que nesse ano de 2020, por conta do contexto de pandemia, nosso curso teve apenas a aula inaugural como

evento presencial. Diante disso, decidimos manter o funcionamento do curso virtualmente, apesar das dificuldades de acesso à internet de nossas cursistas e do não saber se daríamos conta de manter os laços afetivos, teóricos e políticos que nos unem. A boa notícia é que estamos conseguindo nos manter unidas e atuantes. Sigamos!

Ação e extensão: o Novembro Afro-Brasileiro e a promoção da igualdade racial

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este ensaio, elaborado para o dossiê Arte, cultura, educação e igualdade racial, da Proex, tem por objetivo apresentar uma iniciativa articulada e organizada pelo Serviço de Promoção da Igualdade Racial (Sepir) da Unilab, intitulada *Novembro Afro-Brasileiro*. A ação visa à articulação entre a universidade e a sociedade para a produção de conhecimentos e à interlocução das atividades acadêmicas de ensino e de pesquisa, por meio de processos ativos de formação dentro e fora da universidade².

O Novembro Afro-Brasileiro, realizado, consecutivamente, desde o ano de 2016, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da Unilab, tem-se constituído como um espaço relevante de mostras de pesquisas, de ensino, de extensão e de performances culturais.

A UNILAB E O SEPIR

Originada por um projeto de lei de 2008, fundada em 2010 e dando início às suas atividades acadêmicas em 2011, a Unilab é uma instituição pública federal sediada na cidade de Redenção, Estado do Ceará, e em São Francisco do Conde, na Bahia³.

Além de brasileiros, a universidade conta com estudantes dos seguintes países: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. A principal missão da instituição é fortalecer a integração internacional entre o Brasil e os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). O outro escopo da instituição é a interiorização.

Na Unilab, o Sepir atua pela igualdade étnico-racial no ensino, na pesquisa e na extensão, e envolve a comunidade universitária nas discussões sobre situações de combate à discriminação, na participação de grupos e sua inclusão e na afirmação de direitos⁴.

1. Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) e do Instituto de Humanidades (IH) - Cursos de Antropologia e de Humanidades. Chefe do Sepir da Unilab(2018-2020) e atual Chefe da Coordenação de Direitos Humanos (CDH/Unilab).
2. Além dos "Novembros Afro-Brasileiros", o Sepir desenvolve, em seu eixo de extensão, o Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão, intitulado O apagamento do negro na terra do sol: rumos da educação e cultura afro-brasileira no Ceará, coordenado pela professora do Instituto de Humanidades (IH/Unilab), Vera Rodrigues, juntamente com outros professores Arilson dos Santos e Patrício Carneiro são membros da equipe proponente do projeto. O objeto da cooperação conta com a participação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis/IFCE), da Pró-Reitoria de Extensão do IFCE, do Centro de Estudos Interdisciplinares Africanos e das Diásporas (CeiaÁfrica/Unilab).
3. Trata-se de uma universidade cheia de simbolismos, "a cidade de Redenção foi escolhida justamente por ser a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão em 1883. Tratando ainda de simbolismos da UNILAB, o Campus dos Malês, na Bahia, fica situado em São Francisco do Conde, município que, concentra o maior percentual de população negra no país".
4. O Serviço de Promoção da Igualdade Racial Kabengele Munanga, inicialmente, em sua criação, foi instituído como um Núcleo (2016), posteriormente, como Setor entre 2017 e 2018. Em setembro de 2019, após reestruturação dos Núcleos da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Estudantis (PROPAAE/ Unilab) o espaço foi designado como Serviço. Desde a sua fundação o setor teve como coordenação as/os seguintes servidores: Sueli Saraiva (2016-2017), Eliane Costa Santos (2017-2018), Arilson dos Santos Gomes (2018-2020) e, atualmente, Evaldo Ribeiro.

O Sepir têm como objetivos: atuar junto à Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (Propae) da Unilab, e em colaboração com os demais núcleos que a compõem, para desenvolver ações destinadas à promoção e à valorização da igualdade étnico-racial (respeito à diferença) e à proteção dos direitos de indivíduos e grupos afetados por atitudes de discriminação e preconceito e demais formas de intolerância por motivação étnica ou racial.

Em seu Plano de Trabalho, o Sepir tem como um de seus eixos a promoção de cursos de extensão e especialização em Educação para as relações étnico-raciais, destinados aos educadores das escolas públicas do Maciço de Baturité e São Francisco do Conde (BA), regiões-sede da Unilab. Entre seus objetivos, o espaço tem o de promover a articulação entre a Unilab e as instituições públicas e a sociedade civil que trabalham para aperfeiçoar os mecanismos de proteção e promoção dos direitos étnico-raciais no Brasil.

OS NOVEMBROS AFRO-BRASILEIROS

A realização dos *Novembros Afro-Brasileiros*, organizados pelo setor, desde 2016, em conjunto com a Proex, tem como intento articular a comunidade local e externa em diversas programações, como apresentações artísticas, palestras e lançamentos de livros. Sua idealização é uma alusão ao 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra.

O *Novembro Afro-Brasileiro* foi planejado, na época, pelo então Núcleo de Promoção da Igualdade Racial Kabengele Munanga (NPIR), atualmente, Sepir, e pelo Centro de Estudos Interdisciplinares Africanos e das Diásporas (Ceiafrica), com o apoio da Proex, Coordenação de Arte e Cultura.

Em sua primeira edição, realizada em 2016, a atividade teve como temáticas a consciência e a

ação (ConsciênciaAção). Nesse ano, a programação contou com o apoio do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (Neaab), da Unilab, que ofertou oficinas e palestras. As atividades do *1 Novembro Afro-Brasileiro* foram realizadas do dia 9 ao dia 29 de novembro⁵.

O evento contou com apresentações musicais, mostras de dança, teatro, palestras, aula pública, exibição de pôsteres e filmes, realização de oficinas, debates e lançamento do livro *Teatro do Oprimido, Raízes e Asas: uma teoria da práxis*, de Bárbara Santos.

No dia 9 de novembro, com a coordenação da Proex, Coordenação de Arte e Cultura, ocorreu a abertura dos trabalhos com a apresentação do Balé Baião e de DJs de Cabo Verde. No dia 16, foi a mostra do Grupo Teatro de Caretas – Arte Itinerante (Centro Cultural Banco do Nordeste. No dia 16, ocorreu uma atividade no Centro de Convivência do município de Antônio Diogo, no Maciço do Baturité, Ceará.

No dia 21 de novembro de 2016, o *Novembro Afro-Brasileiro* contou com uma mesa que teve o objetivo de apresentar, oficialmente, o argumento: “ConsciênciaAção”, com a presença dos docentes Sueli Saraiva, Vera Rodrigues e Carlos Subuhana. No mesmo dia, na parte da tarde, ocorreu a palestra *Pretagogia para iniciantes*, com a Professora Rebeca Alcântara Meijer (Pedagogia/Unilab). Na sequência dessa atividade, na área de convivência (Pátio) do Bloco Administrativo/Campus Liberdade, ocorreu a aula pública intitulada *Juventude negra e violências em debate*, com a presença do Professor Marcos Silva, do Instituto de Humanidades e Letras (IHL/Unilab) e do discente Mário Magno.

A oficina do evento, com destino a Servidores Técnicos Administrativos em Educação e funcionários terceirizados (Unilab) — intitulada *Educação e Relações Étnico-raciais (ERER)* — ficou a cargo do Professor Evaldo Ribeiro (Pedagogia).

5. O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, foi instituído oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data faz referência à morte de Zumbi dos Quilombos dos Palmares.

6. As informações e os resumos das atividades foram consultados nas programações e nos relatórios e matérias elaborados pela Assessoria de Comunicação (Asscom), no site da Unilab, além dos próprios relatórios anuais do acervo do Sepir da Unilab.

As demais atividades, distribuídas até o dia 29 de novembro, foram a roda de conversa A importância de um centro de estudos africanos e afrobrasileiro e do núcleo de promoção da igualdade racial para a Unilab, com a Professora Doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Professora emérita da Universidade Federal de São Carlos [UFSCar]), além do debate *Unilab e escolas públicas em defesa da educação para as relações étnico-raciais*, com a presença de docentes e discentes do IHL.

A palestra *Quem tem medo de terreiro? Religiões de matriz africana e combate ao racismo no Brasil* foi apresentada pelo Professor Ivan Costa Lima (Bacharelado em Humanidades [BHU]/Unilab). Por fim, a atividade teve o sarau de encerramento, *Poesia, cultura e luta afro-brasileira*, com os discentes do BHU e do Curso de Letras, Maria Dayanne Sampaio Falcão, Nelo Francisco da Silva, Mona Lisa da Silva e Rafaelle Barbosa Grandim.

As atividades debateram as lutas antirracistas dos brasileiros negros e negras, ontem e hoje. Com duração de oito dias (14, 21, 22, 23, 24, 27, 28 e 29 de novembro de 2017), o tema do *II Novembro Afro-Brasileiro* foi *Saberes, vivências e resistências*.

As atividades ofertadas incluíram oficina sobre literatura negra, africana e afro-brasileira; círculo de debates sobre diálogos descoloniais, invisibilização da população negra no Ceará, juventude negra e consciência negra; minicurso sobre intelectuais negras; palestra sobre racismo e intolerância religiosa; apresentação musical e lançamento do livro *História da Educação do Negro no Brasil*. A novidade desse "Novembro" foi a presença de estudantes do Pró-Enem, membros de terreiros de candomblé e professores de escolas públicas da região, além do público universitário.

No dia 21 de novembro, ocorreu a mesa *Entre ataques e atabaques: intolerância religiosa e racismo nas escolas*, com o lançamento do livro e a palestra do Professor Patrício Carneiro Araújo, mediada pelo Professor Lailson Ferreira da Silva, Coordenador do Curso de Antropologia. As outras ações foram o círculo de debates no Pátio do Campus Palmares II sobre *Pedagogia e Consciência Negra: Currículos, epistemologias e intelectualidades negras* e a pa-

lestra *Decolonialidade do saber: Caminhos da Etnomatemática por meio do jogo Mancala*, com a Professora Eliane Costa Santos, entre outras atividades.

No dia 23 de novembro, ocorreu o minicurso *Intelectuais Negras*, com a presença das integrantes do Grupo de Pesquisa *Escritas do corpo feminino*, coordenado pela Professora Luana Antunes Costa.

O pesquisador cearense José Hilário Ferreira Sobrinho realizou a palestra *A construção histórica da invisibilidade da população negra no Ceará*. No dia 24, ocorreu o minicurso *Cadernos Negros: Literatura, história e resistência negro-brasileira*, além da roda de conversa *A juventude negra quer viver!*

No dia 28 de novembro, a atividade contou com a palestra e o lançamento do livro da Professora Jacqueline da Silva Costa, *Por um futuro negro: um estudo do cotidiano de jovens e adultos negros*, do projeto pré-vestibular, gerido pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), no município de Cáceres-MT. Por fim, no dia 29 de novembro, a atividade *História da Educação do Negro no Brasil* teve como debatedores os professores Itacir Marques da Luz e Fábio Eduardo Cressoni.

As atividades do *III Novembro Afro-Brasileiro*, realizado em 2018, foram distribuídas em dois dias. Essa redução nos dias das atividades decorreu das alterações de atuação do Sepir, que passou a ter suas ações distribuídas ao longo do ano. Nos dias 11 e 12 de dezembro, o *III Novembro Afro-Brasileiro* trouxe como assunto *Africanidades em Movimento e Cotidiano Escolar*. A Coordenação de Arte e Cultura, com o professor Marcos Dias Coelho, novamente esteve junto nas ações.

No dia 11 de dezembro, o evento contou com a presença dos professores Arilson dos Santos Gomes e Itacir Marques, que versaram, teoricamente, sobre o tema do encontro e sua relação com as práticas escolares.

No dia 12 de dezembro, as atividades iniciaram com a apresentação do Grupo Trakinuz, de Cabo Verde, formado por dois jovens: Jailson Correia e José Maria Veiga, naturais de Picos, Concelho de São Salvador do Mundo. Após a apresentação,

segiu-se a *Roda de Conversa com Autores*, com a presença dos professores Lourenço Cardoso e Joalice Conceição, que apresentaram suas obras e interagiram com o público presente.

À continuação, ocorreram os lançamentos e as apresentações dos livros: *História da educação do negro (a): Pedagogia interétnica de Salvador*, uma ação de combate ao racismo, de Ivan Costa Lima; *Segredos do Poder: Hierarquia e autoridade no Candomblé*, de Patrício Carneiro Araújo e *Construindo Pontes: Paulo Freire entre saberes*,

projetos e continentes, de autoria de Larissa Oliveira e Gabarra e Leandro Proença.

Em sua quarta edição, o *Novembro Afro-Brasileiro* de 2019 teve como tema as *Práticas, pesquisas e produções em torno da África e das africanidades*. O evento iniciou no dia 11 de novembro, com a peça teatral *Elas em mim*, do Grupo Organizado de Teatro Amador de João Pessoa/PB. O espetáculo foi apresentado na área de convivência da Unidade Acadêmica dos Palmares, em Acarape/CE.

Figura 1. Apresentação do espetáculo "Elas em mim"



Foto: Sepir/Unilab

As atividades do *IV Novembro Afro-Brasileiro* continuaram nos dias 26, 27 e 28, distribuídas entre a Unidade Acadêmica dos Palmares e o Auditório do Campus da Liberdade, em Redenção/CE.

Com a presença marcante da comunidade, a banda Os Philos deu início às atividades do dia 26. A banda, formada por Gledson Ferreira, Wanderson Barbosa, Francisco Alexandro e André Willian de Sousa empolgaram os presentes. Nessa edição, também ocorreu o lançamento do grupo de pesquisa da Unilab Tierno Bokar — núcleo de estudos sobre o fenômeno religioso, liderado pelos professores Patrício Carneiro Araújo e Francisco Vitor Macedo. Na sequência, os participantes assistiram à

mesa redonda *Contribuição das tradições religiosas para a construção da cidadania (laica) no Brasil*.

No dia seguinte, 27 de novembro, as atrações giraram em torno das palestras *Que leveza busca Vanda?* — ensaio sobre a lida do cabelo crespo no Brasil e em Moçambique, com a Professora Denise Costa (Unilab), e *Racismo e intolerância religiosa em contextos pedagógicos: aportes teóricos e metodológicos*, com o convidado Professor Rosenilton Silva de Oliveira (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo [Faced/USP]).

Já no último dia de evento, dia 28, a programação ficou concentrada nos debates acerca das

produções científicas a partir das rodas de conversas *Pesquisas e Fazeres Pedagógicos Interdisciplinares em Educação das Relações Étnico-Raciais e Produções Africanas*, Com a presença dos docentes Ivan Lima, Artemisa Monteiro, Evaldo Oliveira e Arilson Gomes.

À noite, foi a vez da atividade de encerramento com os lançamentos dos livros *Candomblé sem sangue? Pensamento ecológico contemporâneo e mudanças rituais nas religiões afro-brasileiras*, de Patrício Carneiro Araújo, e *No Candomblé, quem é homem e quem não é?*, do antropólogo Kaio Lemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio, elaborado para o dossiê *Arte, cultura, educação e igualdade racial*, da Proex, teve como objetivo apresentar as atividades dos *Novembros Afro-Brasileiros*, uma iniciativa organizada pelo Sepir da Unilab desde 2016.

Desde a sua criação, o evento visa a articular as demandas do Sepir em conjunto com a universidade e a sociedade abrangente e contribuir para a produção de conhecimentos e a interlocução das atividades acadêmicas de ensino e de pesquisa, por meio de processos ativos de formação em que a arte e a cultura sejam utilizadas para combater a discriminação racial, ao mesmo tempo em que possibilitem o fortalecimento das identidades e eduquem para o respeito mútuo e para a busca por igualdade racial.

Durante esses anos, os *Novembros Afro-Brasileiros* conseguiram reunir docentes, discentes, servidores e comunidade externa. Na programação, foram constantes apresentações musicais, mostras de dança, teatro, palestras, aula pública, exibição de pôsteres e filmes, realização de oficinas, debates, lançamentos de livros e itinerâncias culturais nos campi da Unilab e em escolas das cidades da região do Maciço do Baturité, no Ceará. Situações

que possibilitaram a formação para a educação das relações étnico-raciais de maneira potente e qualificada, tanto para dentro da instituição como para as comunidades circundantes.

Destacamos que as articulações internas e externas, motivadas pelas parcerias estabelecidas no âmbito da Unilab entre o Sepir, o Ceiafrica e o Neaab, pelo apoio da Proex, Coordenação de Arte e Cultura e, de maneira externa, pelos palestrantes de outras instituições e de grupos culturais de outros estados e municípios. Todos esses fatores tornaram possíveis os *Novembros Afro-Brasileiros*, evidenciando a durabilidade das ações que as sinergias possibilitam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

_____. Lei nº 10.678 de 23 de Maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

_____. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

_____. Lei nº 12.288/10. Institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

_____. Lei n. 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

BARROS, Deolindo Nunes de.; NOGUEIRA, Silvia Garcia. Cooperação educacional internacional Brasil/África: do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Revista de Estudos Internacionais, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 2236- 4811, 2015.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. In Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Coleção Educação para Todos. UNESCO. Ministério da Educação: Brasília, 2005.p.45.79.

GOMES, Arilson dos Santos. A Unilab e as políticas de ações afirmativas para a promoção da igualdade étnico-racial. In. Unilab 10 anos Orgs. LIMA, Ivan Costa; ODILA, Artemisa, 2020 (Prelo).